

Contributos para uma Política de Reabilitação das Pessoas com Deficiência



“Consigno, conseguimos”

Políticas transversais para as pessoas com deficiência



PREÂMBULO

A Deficiência é, indubitavelmente, um assunto de todos, dada a sua transversalidade social, cultural e política, requerendo, por isto mesmo, um acordo consistente e alargado sobre os principais problemas existentes, de modo a que as decisões a tomar, possam ser desenvolvidas com a necessária objectividade, rigor e coerência.

Neste contexto, a publicação que a Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação agora disponibiliza, contém reflexões relacionadas com as principais temáticas da Deficiência, constituindo-se como uma referência para todos os protagonistas do processo preventivo, habilitativo, reabilitativo e participativo dos Cidadãos com Deficiência, em todos os sectores de vida em Sociedade.

O interesse desta publicação em relação ao Projecto “**Consigo, Conseguimos**”, apoiado pela Comissão Europeia, e operacionalizado pelo Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, no primeiro semestre de 2005, é representativo da nossa atitude pedagógica, social e política, no âmbito da Deficiência, que parece oportuno, aqui, referir:

Como atitude Pedagógica, valorizando o modelo de partilha aberta e activa de saberes e experiências de um universo heterogéneo de peritos de reconhecida competência, exercida através de debates interactivos, participação directa e relação entre responsáveis das diferentes políticas sectoriais, comunicação social, movimento associativo e cidadãos com deficiência e suas famílias.

Uma atitude Social, na procura de uma linguagem comum que, além de favorecer o processo de comunicação entre os diferentes actores, designadamente, da comunicação social, saúde, educação, formação profissional, emprego, ciência, tecnologia, comunicação, turismo e cultura, diminui a natural divergência de opiniões e respeita as diferenças.

E por último, como uma atitude Política – exercício permanente da articulação e harmonização de esforços por parte das Entidades Públicas e Particulares, Serviços e Técnicos, que actuam no sistema das Necessidades Especiais das Pessoas com Deficiência, na lógica dos princípios de políticas transversais.

A metodologia desenvolvida é validada por via das conclusões obtidas, que consubstanciam, seguramente, o empenho, em termos técnicos e científicos, que os participantes do Projecto “Consigo, Conseguimos”, tiveram e quiseram, agora, partilhar, na perspectiva de uma sociedade inclusiva, alicerçada na nova cultura da igualdade de oportunidades para os Cidadãos com Deficiência.

Estou, assim, convicta do real interesse desta publicação, que vem enriquecer o acervo

bibliográfico das obras de referência obrigatória, no âmbito editorial das publicações concernentes à problemática da Prevenção, Habilitação, Reabilitação e Participação das Pessoas com Deficiência, quer para os investigadores, formadores e técnicos, quer para a comunicação social, os promotores sociais e os decisores políticos.

O ideal de uma sociedade verdadeiramente inclusiva afirma-se, sobretudo, nas escolhas que decidimos ter a coragem de assumir, com a cooperação activa de todos, na base de um conhecimento rigoroso da realidade das pessoas com deficiência e das propostas pragmáticas de intervenção, formatadas nos parâmetros da inovação e da qualidade.

A igualdade de oportunidades e o combate à exclusão das pessoas com deficiência exigem que este esforço de partilha de saberes e experiências, que aqui se procura consubstanciar, de forma inovadora, continue de forma permanente e qualitativa, congregando cada vez mais novos parceiros e novas perspectivas de trabalho.

Em Portugal e na actual situação, o Estado não pode deixar inequivocamente de estar na linha da frente da harmonização e coordenação das políticas sectoriais, como pressupõe a lógica de **políticas transversais**, que devem convergir no sentido obrigatório da Cidadania e da Qualidade de Vida das Pessoas com Deficiência.

Idália Serrão de Menezes Moniz

Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação

Índice

1. OBJECTIVO DO DO PROJECTO	8
2. O PROJECTO “CONSIGO, CONSEGUIMOS”	9
2.1 A estratégia de acção	9
2.2 Elementos de Avaliação	11
3. SÍNTESE DE RESULTADOS	13
3.1 Mainstreaming e Coordenação de Políticas	13
3.2 Domínios Transversais	16
3.2.1 A informação	16
3.2.2 A deficiência e os media	17
3.2.3 Os modelos de governação e as ONG's	18
3.3 A qualidade de vida das pessoas com deficiência	21
3.3.1 Apoio à família	21
3.3.2 O conhecimento dos problemas	22
3.3.3 A escola	23
3.3.4 Emprego	23
3.3.5 As acessibilidades	27
3.3.6 Turismo Acessível	28

1. Objectivo do Projecto

Este documento procura reunir o principal conjunto de conclusões resultantes da actividade de acompanhamento do ciclo de Seminários promovidos no âmbito do projecto “Consigo, Conseguimos!”. A actividade de acompanhamento dos Seminários obedeceu a uma dupla perspectiva: assegurar uma análise avaliativa da acção empreendida, discutindo a pertinência e eficácia da estratégia adoptada, e elencar o principal conjunto de conclusões dos Seminários realizados, acolhendo, neste caso, a preocupação de situar medidas e propostas de actuação que resultem da discussão empreendida.

Nesta perspectiva, a primeira parte do documento reúne um conjunto de observações relacionadas com o modelo de intervenção adoptado e com as suas condições de implementação, enquanto na segunda parte se apresenta uma leitura sintética das principais conclusões proporcionadas pelos Seminários realizados.

O objectivo de proporcionar resultados susceptíveis de facilitar a iniciativa política leva a que se privilegie a identificação de um quadro relativamente resumido de pistas de reflexão e de propostas de acção, optando por dar um conteúdo instrumental à análise e leitura dos testemunhos recolhidos.

A apresentação do enunciado conclusivo organiza-se a partir de uma estrutura de análise que abrange o conjunto de domínios temáticos cobertos pelos seminários promovidos, procurando um articulado expositivo que facilite o curso de apresentação das principais conclusões do projecto.

2. O Projecto “Consigno, Conseguimos”

2.1 A estratégia de acção

Em linhas gerais, pode afirmar-se que os objectivos de sensibilização, informação e consciencialização da opinião pública em torno da problemática da deficiência cederam prioridade ao objectivo de promover um espaço de reflexão mais dinâmico susceptível de germinar o embrião de uma agenda de política para à área da reabilitação. Complementarmente, entendeu-se subordinar o desenho de uma estratégia de acção à lógica de *mainstreaming*, pelo que se procurou perspectivar a problemática da deficiência a partir de domínios sectoriais de actuação.

Deste modo, em vez de uma perspectiva de divulgação, o projecto passa a valorizar mais uma perspectiva de prospecção, obrigando a uma estratégia de desenvolvimento dos seminários substantivamente diferenciada da que melhor serviria o objectivo de partilha de valores inicialmente considerado.

Assim, importaria situar, desde já, quais as principais linhas orientadoras da acção.

Subjacente ao objectivo geral está um **princípio de instrumentalidade**, ou seja, a intenção de que do debate resulte a identificação de estratégias de acção prioritárias que possam ser embriões de compromissos de política em cada um dos domínios abrangidos. Pretendeu-se que da reflexão desenvolvida em cada Seminário resultasse a identificação de problemas e necessidades prioritárias, assim como, o enunciado de estratégias de resposta que se lhe possam dirigir. Deste modo, procurou-se evitar que o roteiro da reflexão produzida em cada sessão assumisse percursos excessivamente dispersos e vagos, insusceptíveis de facilitar a identificação clara de domínios de actuação a consagrar.

Neste sentido cada seminário foi precedido da elaboração de um **Guião**¹ de apoio à reflexão que, para além de introduzir a filosofia inerente ao projecto, procurou situar os principais contornos do debate, permitindo um melhor posicionamento dos contributos individuais dos diferentes participantes.

O segundo princípio orientador que importa assinalar refere-se à decisão de **priorizar na abordagem a desenvolver a óptica de mainstreaming** que, genericamente, corresponde à

¹ Ver cada um desses guiões em anexo

preocupação de consagrar a integração da perspectiva da deficiência em todos os domínios de política. Este princípio incluiu, também, uma perspectiva formativa relativamente ao conceito de **mainstreaming**, uma vez que, embora relativamente “popularizado”, o conceito não se encontra totalmente apreendido na sua vertente mais técnica.

O terceiro princípio seguido disse respeito à preocupação de situar o debate proporcionado pelo ciclo de seis seminários em domínios que, tradicionalmente, são menos cobertos e discutidos no quadro das iniciativas análogas que se desenvolvem no sector da reabilitação. De acordo com esta perspectiva os temas escolhidos para os seis seminários foram:

- A qualidade de vida das famílias de pessoas com deficiência e suas especificidades;
- A responsabilidade social dos media;
- A gestão estratégica das ONG;
- Emprego factor imprescindível para a integração social;
- Aspectos económicos do turismo acessível para todos;
- *Mainstreaming*. Articulação e interacção das políticas e das respostas.

Naturalmente, este princípio de “novidade” relativamente aos temas abrangidos encerrou riscos óbvios ao nível da “maturidade” e capacidade de formalização de reflexão. Nesse sentido, a oportunidade era mais indicada à recolha de contributos soltos do que à valorização de análises mais sistematizadas.

O quarto princípio refere-se à opção de adoptar um modelo de organização dos seminários que potenciase o **confronto de ideias e experiências** entre diversos actores, evitando fórmulas mais tradicionais que consagram a apresentação da opinião de especialistas. Pretendeu-se, deste modo, propiciar uma maior abertura e imprevisibilidade ao debate. Assim, privilegiou-se um modelo de organização dos seminários que previa um número delimitado de participantes – cerca de 40 por seminário -, não contemplava a apresentação de intervenções “formais” por parte de especialistas e procurava assegurar diversidade de representação dos vários interesses envolvidos em cada um dos domínios temáticos.

A este objectivo associava-se o princípio de proporcionar a participação em espaços de reflexão relacionados com a deficiência de novos actores, respondendo a uma preocupação de

horizontalização da problemática da deficiência no tecido institucional tocado pelos temas dos seminários.

2.2 Elementos de Avaliação

Tendo por referência estes princípios de acção é possível alinhar alguma análise crítica relativamente à acção empreendida e que aqui se convoca com a preocupação primeira de que possa constituir-se como factor de aprendizagem para futuras apostas que respondam à mesma matriz de actuação.

Em primeiro lugar, importa assinalar que o modelo escolhido confirmou algumas das vantagens que determinaram a sua escolha, nomeadamente no que diz respeito à possibilidade de gerar um debate aberto e, por essa via, mais propício à identificação plural de problemas. Dito de outro modo, o modelo adoptado permitiu que de modo mais espontâneo fossem partilhados os pontos de vista de diferentes actores e, desse modo, se identificassem espaços de actuação que poderiam ficar “ocultos” a partir de abordagens de foro mais técnico.

A segunda virtualidade que se assinala diz respeito à própria capacidade organizativa evidenciada pela equipa responsável pelo projecto, quer no que se refere a todo o conjunto de aspectos de natureza logística, quer ao “recrutamento” e mobilização de participantes que enfrentou os constrangimentos próprios deste tipo de acções. De referir que a intenção de compor painéis de participantes fortemente diversificados e que, simultaneamente, obedecessem a uma expectativa de capacidade de contribuição para o tema em causa constituiu uma significativa exigência organizativa que, em nosso entender, colheu resposta positiva.

Ainda no que respeita à preparação dos seminários destaca-se a validade da opção de elaborar um guião de apoio à reflexão para cada um dos seminários que, complementarmente, assumiu uma perspectiva formativa no que diz respeito às questões do *mainstreaming*. Esta opção converge positivamente com a vontade de proporcionar uma orientação para resultados à acção.

No que se refere ao “roteiro” temático escolhido para o ciclo de seminários, a perspectiva crítica formada considera como positiva a introdução de temas novos naquela que é a “tradição de debate” no sector, ao mesmo tempo que reconhece que, considerando o objectivo de suportar a génese de uma agenda de política no domínio da deficiência, teria sido interessante consagrar a abordagem em domínios sectoriais com especial peso para a área da prevenção, reabilitação e habilitação das pessoas com deficiência como é o caso dos domínios da educação e saúde. Nesta

perspectiva, o seminário que abordou a problemática da qualidade de vida das famílias de pessoas com deficiência terá sido aquele que mais profícuo foi na transversalização do debate e, por essa via, na recolha de perspectivas de actuação que atravessam o conjunto de sectores. Ao invés, o seminário referido às questões do *mainstreaming* terá sido aquele em que maior dificuldade houve de situar e orientar o debate, o que reflecte a natureza técnica do tema e a reduzida familiaridade dos diferentes actores relativamente ao mesmo.

Esta reflexão sugere a identificação de uma das principais vulnerabilidades no domínio dos resultados alcançados e que corresponde, precisamente, à menor assertividade na disseminação de conhecimento técnico sobre o *mainstreaming* de políticas ou, pelo menos, à possibilidade de verter esse entendimento ao nível da apresentação de propostas de actuação. Com efeito, quase sempre as propostas apresentadas surgiram sem que fosse evidente a sua determinação à perspectiva de *mainstreaming* enquanto “modo de desenhar as políticas”.

Esta poderá ser uma das razões explicativas de outra das principais vulnerabilidades do projecto desenvolvido e que respeita, precisamente, à insuficiente capacidade de formalização de propostas de acção concretas e orientadas pela perspectiva de integração de respostas nas políticas sectoriais. Este é, também, um significativo indicador da insuficiente maturação da reflexão crítica por parte de muitos dos interlocutores abrangidos pelo ciclo de seminários realizado.

3. Síntese de Resultados

A classificação temática proposta para a apresentação do principal enunciado de conclusões do estudo não é totalmente coincidente com o roteiro temático dos seminários na justa medida em que se procura reconhecer a própria dinâmica do debate empreendido. Assim, começamos por situar os principais adquiridos relativamente ao pano de fundo do projecto, a integração da perspectiva da deficiência nas políticas sectoriais, para em seguida situar contribuições relacionadas com temas relativamente transversais e concluir com a identificação do principal corpo de conclusões com aplicação sectorial.

3.1 *Mainstreaming e Coordenação de Políticas*

Este será, porventura, o domínio de debate que menor “autonomia” revelou na produção de contributos analíticos, resultando como principal produto do próprio debate a confirmação da validade do enunciado de pistas de reflexão que serviram de enquadramento ao mesmo. Neste plano, assumiu relevo particular a partilha de experiências relativas à realidade de outros países resultante da participação no seminário de peritos oriundos da Espanha e Hungria. Assim, as principais linhas de conclusão aprofundam o enunciado que constituiu o pano de fundo da abordagem proposta no seminário. São essas linhas de conclusão que aqui se recuperam de forma abreviada.

A possibilidade de conduzir uma intervenção política subordinada ao objectivo de integração da perspectiva da deficiência nos diferentes sectores é uma opção exigente e difícil de concretizar, desde logo porque requer a mobilização de conhecimento especializado aquando da preparação dos instrumentos de política e do próprio processo de decisão política. Alguns caminhos podem contribuir para este objectivo, não sendo evidente em que medida o aprofundamento de uns permite a dispensa de outros.

A sensibilização e formação dos vários técnicos e decisores políticos dos vários sectores na problemática em causa constituem um recurso decisivo. Com efeito, como garantir a integração da perspectiva da deficiência num determinado instrumento legislativo de um qualquer sector se quem o prepara e aprova estiver alheado desta problemática. Há um nível mínimo de sensibilização e conhecimento técnico que não parece dispensável. A formação terá aqui um papel essencial, designadamente, a formação de altos quadros dirigentes da administração e decisores políticos.

Complementarmente, torna-se avisado reconhecer que em inúmeras circunstâncias a consagração

do interesse da pessoa com deficiência num determinado dispositivo requer a mobilização de profundo conhecimento técnico que não será susceptível de ser transversalizado por todos os domínios sectoriais. Aqui, a importância de apostar em mecanismos de coordenação de actores é fundamental, devendo preservar-se o espaço de participação dos organismos estatais especializados na matéria e dos próprios representantes das pessoas com deficiência. Os mecanismos de coordenação surgem aqui como recurso fundamental de partilha de conhecimento.

Esta é, aliás, uma perspectiva que reúne testemunhos firmes da sua relevância. Veja-se, relativamente ao nosso país, a importância assumida pelos Planos Nacional de Emprego, Plano de Acção para a Inclusão e, com evidência porque mais recente, do Plano para a Igualdade na promoção de práticas de coordenação e integração de políticas. Estes constituem, na verdade, plataformas de articulação das políticas de emprego e de inclusão que promovem a participação sectorial e favorecem a iniciativa.

O próprio testemunho dado pela perita espanhola, pertencente à Direcção Geral de Coordenação das Políticas sobre a Deficiência, que participou no seminário subordinado ao *mainstreaming*, partilhando a experiência de um país em que os avanços nesta matéria são maiores, deu conta da importância do desenvolvimento de Planos de Acção que promoveram o princípio da transversalidade da acção. Este constitui um recurso fundamental para ultrapassar o “incipiente desenvolvimento da inclusão da dimensão da incapacidade em todos os sectores de actuação dos diferentes níveis de governos e das administrações, assim como nos restantes agentes da sociedade em geral”.

Ora, a realidade portuguesa não se afasta desta descrição e, por isso, a importância que se atribui à utilidade de desenhar instrumentos de programação e coordenação de políticas que, sob a forma de planos de acção ou outra qualquer impulsionem a transversalização da abordagem de *mainstreaming*.

Esta estratégia beneficia a constituição de “agências” públicas fortes com capacidade de interlocução e aptidão para promover inovação.

Outro recurso estratégico imprescindível à aposta numa maior generalização da perspectiva de *mainstreaming* num determinado domínio de política, diz respeito à necessidade de conhecer, com rigor, a situação em que se encontram os cidadãos a que ela se refere. Com efeito, a consolidação de uma estratégia de integração da perspectiva de igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência nos diferentes instrumentos de política sectorial, pressupõem uma intensa necessidade de informação de duplo sentido: por um lado, de caracterização da população com deficiência procurando determinar com maior rigor as suas características pessoais e as condições

de participação na vida social e, por outro lado, de caracterização das dinâmicas de participação/ cobertura da população com deficiência através dos instrumentos de política existentes.

Trata-se, na primeira vertente, de procurar criar referenciais que orientem a recolha de informação sobre a problemática da deficiência para que ela possa ser melhor conhecida. Esta é uma condição essencial à construção de espaços de maior regulação a partir dos domínios de política, sejam eles específicos ou gerais. A segunda vertente orienta-se mais para a necessidade de monitorizar as respostas e cobertura da população com deficiência a partir das políticas, medidas e instrumentos existentes, condição primeira para podermos aferir da sua pertinência e eficácia.

Outra importante perspectiva de reflexão é a que procura equacionar em que medida a aposta numa actuação transversal poderá ser acompanhada por um desinvestimento na promoção de instrumentos de política específicos. Uma resposta afirmativa a esta questão parece estar amplamente dependente da maturação de uma cultura de acção subordinada à lógica de *mainstreaming*, por um lado, e à concretização de estágios de desenvolvimento social sem expressivas situações de discriminação. Tal não parece acontecer ainda.

Com efeito, se por um lado é consensual que ainda são deficitárias as condições para promover a integração da perspectiva da deficiência nos vários domínios sectoriais, por outro, a situação de desfavor das pessoas com deficiência na sociedade portuguesa é, ainda, vincada, explicitando a utilidade de procurar estratégias de resposta específicas.

Acresce a esta reflexão, a perspectiva de que a consolidação de uma abordagem transversal beneficia com a “exercitação” de práticas e instrumentos em contextos de intervenção específicos, de modo a proporcionar a sua apropriação posterior pelos sistemas de política sectoriais. Estamos aqui no domínio do como fazer. Assim, a principal questão que se coloca é a de saber como gerar condições de maior comunicabilidade entre áreas de actuação específica e as abordagens políticas de âmbito sectorial. A resposta ao como fazer surge como relevante condição para facilitar a integração da perspectiva da deficiência nos vários domínios sectoriais de intervenção.

3.2 Domínios Transversais

3.2.1 A informação

A universalização do exercício de direitos e deveres e a igualdade de acesso aos serviços públicos, objectivos inerentes ao desígnio de plena integração e participação das pessoas com deficiência

na sociedade portuguesa, encerram significativas exigências em matéria de informação que se encontram longe de estar supridas.

Com efeito, a informação constitui recurso fundamental para que um cidadão assuma uma conduta pró-activa relativamente ao conjunto de deveres e direitos que emanam da sua condição específica, ao mesmo tempo que a própria mediação por parte do Estado de serviços e prestações que lhe sejam dedicados, compreende uma exigência de reconhecimento mútuo de uma determinada condição, isto é, exige que tanto o utente como os intermediários de um determinado serviço/prestação pública reconheçam mutuamente a especificidade da relação que entre ambos se estabelece. A condição primeira para a emergência desta plataforma de comunicação é, pois, a informação sobre as propriedades desta.

A discussão proporcionada no projecto em apreço e em fóruns que ultrapassam os que aqui mais directamente se consideram, não deixa margens para grandes dúvidas relativamente à dificuldade de acesso à informação que afecta as pessoas com deficiência e as suas famílias.

Em particular, cumpre referir que o acesso à informação sobre direitos e deveres não se circunscreve ao conhecimento formal destes mas compreende o conhecimento dos mecanismos básicos que servem a sua aplicação. No caso do acesso a prestações públicas, por exemplo, não será suficiente o conhecimento formal da sua existência, uma vez que importa que seja relativamente clara a forma de os fazer prevalecer. Esta é uma abordagem que remete para um conceito de acessibilidade abrangente que considera a capacidade do cidadão situar aquilo a que está obrigado e a que tem direito, a forma de assegurar esse exercício e o espaço de mediação a que deve recorrer.

Deste modo, à perspectiva de informar, num sentido mais convencional, associa-se a utilidade de indicar que condições de mediação facilitam o acesso a recursos disponíveis.

Ora, esta é uma constatação que, antes de mais, apela à necessidade de assegurar que a perspectiva da deficiência, ou seja, a especificidade que pode compreender a relação da pessoa com deficiência com determinado serviço público – no exercício de um direito ou de um dever – seja contemplada nos processos informativos associados. Este desígnio passa por formar os mediadores dessa informação mas pode contemplar, também, a criação de plataformas de mediação especializadas que sejam capazes de prestar um atendimento personalizado e integrado à pessoa com deficiência.

Trata-se, nesta segunda vertente, de criar valências de atendimento susceptíveis de tornar mais

acessível, num entendimento amplo do conceito, a informação útil ao exercício de uma plena cidadania.

3.2.2 A deficiência e os media

Num primeiro momento importa contextualizar a abordagem proposta para o debate referido ao tema “a responsabilidade social dos *media*”. Procurou-se, essencialmente, discutir como é que os media tratam o universo das pessoas com deficiência, ou seja, de saber como é que ele “aparece” retratado nos *media*.

Na questão relativa à pessoa com deficiência, enquanto sujeito da comunicação, o que se pode destacar respeita ao facto de a sua condição ampliar o recurso a estratégias de comunicação dominantes orientadas pelas lógicas de normalização, assentes na exploração dos “casos do dia a dia”, como refere Bourdieu² e da sua associação a uma abordagem sensacionalista que tende a exagerar e dramatizar a importância e gravidade daquilo que é mostrado e que contribui para a perpetuação de preconceitos, estereótipos e do desconhecimento. Complementarmente convocou-se a reflexão em torno dos *media* como empregadores.

Este foi, portanto, o pano de fundo do debate, que proporcionou o reconhecimento da necessidade de promover caminhos de aprendizagem que possibilitem aos profissionais da comunicação reunirem melhores condições para se constituírem em agentes da mudança do paradigma comunicacional vigente. A concretização deste objectivo impõe a realização de formação de natureza cívica e específica (ao nível da linguagem, por exemplo) que crie condições para uma actuação mais informada por parte dos jornalistas.

Esta aposta remete para a necessidade de revisão dos currícula dos cursos de comunicação social e, com cariz mais imediato, para a promoção de cursos de formação contínua especificamente dirigidos a este objectivo. Esta é uma intervenção cujo perfil convoca a intervenção do Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas (CENJOR) e, também, do próprio Sindicato dos Jornalistas conforme expresso na sessão realizada.

Trata-se aqui de criar condições para que os profissionais da comunicação reúnam aptidões que permitam escolher o tratamento informativo certo que não parece fácil de definir e que exige conhecimentos técnicos particulares.

Um segundo domínio de actuação explicitado no seminário realizado caracteriza-se por uma

² Bourdieu, Pierre, Sobre a Televisão, Celta, Oeiras 2001.

maior inovação, na medida em que contempla a ideia de criar uma agência de comunicação especializada nas questões da deficiência. Esta ideia tem implícito o reconhecimento de que as associações de representação das pessoas com deficiência têm dificuldade em fazer chegar a informação às redacções, reflectindo uma menor preparação das suas estruturas técnicas. Com efeito, reconheceu-se que uma política de comunicação mais agressiva e profissionalizada poderia compreender importantes ganhos relativamente ao tipo de presença noticiosa dada à problemática da deficiência.

A terceira linha de aposta que de algum modo foi sancionada pelo debate realizado diz respeito à utilidade de explorar a realização de campanhas publicitárias dirigidas à sensibilização da opinião pública e de, para tal, negociar a aplicação de tabelas de custo diferenciadas.

3.3.3 Os modelos de governação e as ONG's

O debate promovido no âmbito do seminário que abordou a Gestão Estratégica das ONG acentuou o reconhecimento de que os modelos de governação das políticas públicas e, em particular, daquelas que assumem um cariz social, têm estado sujeitos a dinâmicas de mudança que aprofundam soluções de parceria entre as esferas pública e privada.

Subordinada à procura de uma maior eficácia na acção das políticas, esta evolução situa novas formas de relacionamento entre o estado, o cidadão e os seus representantes, compreendendo a aposta numa cidadania activa que responsabilize os diversos actores na condução de estratégias de resposta que visam a prossecução do interesse comum. Neste plano, a lógica de responsabilização está no centro dos novos modelos de governação que desenvolvem processos de tomada de decisão mais participados e apostam numa acrescida delegação de poderes. As Organizações Não Governamentais (ONG) surgem como parceiros importantes deste novo espaço de “contratualização” entre público e privado, sendo, por isso, interpeladas por um quadro de novas exigências.

Este contexto de evolução introduz um importante desafio às ONG que pode ser traduzido pela ideia da capacitação, ou seja, pela necessidade que a estas se impõem de desenvolver competências ajustadas à interpretação de um papel activo na mediação das políticas públicas. Esta capacitação tem expressão na formação de *know-how* relativamente a seu domínio particular de acção, que tem tradução nos recursos organizativos para prosseguir uma determinada intervenção, mas também, na capacidade de representar interesses, direitos, ideias e de, desse modo, reunir capacidade de participar no processo de decisão.

Num universo tão diverso como é o da deficiência, caracterizado pela expressão de realidades e necessidades tão diversas, a coordenação de uma estratégia de envolvimento das ONG reúne dificuldade acrescida. A própria aferição das condições de participação das várias ONG assume maior complexidade, uma vez que estas se posicionam em contextos muito diferenciados de actuação e, por isso, dificilmente comparáveis. Este é, pois, um primeiro domínio de intervenção que importa convocar. O conhecimento mais pormenorizado do tecido institucional no que se refere à dimensão organizativa, recursos e modelo de intervenção surgem como etapa prévia ao desenvolvimento de outras estratégias.

O processo de capacitação interpela, no fundo, dois vectores estruturais da actividade das ONG, isto é, a qualidade da sua intervenção e a sustentabilidade do projecto. Ora, um retrato simples diz-nos que, tendencialmente, o movimento associativo revela como principais fragilidades o défice de capacidade organizativa, consequência principal de uma insuficiente profissionalização das suas estruturas, e uma significativa dificuldade em gerar condições de sustentabilidade financeira dos projectos.

Naturalmente, a procura de estratégias de aprofundamento dos novos paradigmas de governação, remete para a necessidade de perspectivar o modo como o Estado define a sua relação com estas entidades e ao modo como “organiza” a transferência de responsabilidades.

Ora, subjacente ao objectivo de transferência de responsabilidade está a expectativa de assegurar maior eficácia na prestação de serviços gerando ganhos de eficiência através de uma menor afectação de recursos. Este é um objectivo difícil de alcançar, cabendo a este propósito questionar, nomeadamente, que estratégias de transferência do financiamento público podem favorecer os objectivos eficiência de sustentabilidade? Que tipo de critérios devem ser valorizados na decisão de atribuição de apoios?

Um primeiro passo deve considerar a necessidade de definir critérios de atribuição de apoios que ponderem a capacitação das entidades para desenvolverem uma dada estratégia. Assim, haverá necessidade de definir um sistema de aferição das condições de actividade das diferentes organizações.

Os critérios de financiamento deverão, também, incorporar a avaliação dos resultados alcançados pelas diferentes entidades, criando formas de relação das oportunidades de financiamento com o desempenho alcançado.

Subsequentemente, cabe interpelar o sistema de financiamento às ONG, já não apenas no que se refere aos critérios de avaliação das participações contratualizadas mas, também, das

próprias formas de financiamento. A possibilidade de aprofundar lógicas de mercado, susceptíveis de promover a qualidade do serviço prestado, pode justificar a aposta em modalidades de financiamento à procura de serviços, isto é, prever a possibilidade de apoiar directamente os destinatários dos serviços que se pretendem desenvolver.

Uma problemática subsidiária da estratégia de financiamento é a que situa a independência das ONG face à sua fonte de financiamento e, conseqüentemente, à avaliação da medida em que a dependência face a uma determinada fonte de financiamento condiciona a sua intervenção. As hipóteses acima enunciadas convergem positivamente com esta preocupação.

Ainda neste plano emerge como dimensão de análise relevante a questão da transparência e da prestação de contas (accountability), ou seja, a crescente exigência de que em cenários de aprofundamento das parcerias público privado se aprofundem, também, os procedimentos de prestação de contas. Enquanto condição de credibilidade esta é uma condição de uma maior aposta na contratualização de serviços, pelo que importa aferir que práticas se estabelecem e que disponibilidade existe para adoptar mecanismos de controlo mais rigorosos.

O domínio de reflexão em torno do objectivo de promover a qualificação da actuação das ONG passa por questionar os serviços que por elas são mediados.

Neste plano valerá a pena considerar que é crescente o reconhecimento de que a resposta às necessidades das famílias de pessoas com deficiência impõem a necessidade de desenvolver soluções “à medida”, isto é, respostas que sejam desenhadas em função de problemas e necessidades particulares. Este é um desafio que, situando a importância de desenvolver projectos individualizados como elemento evolutivo da organização dos serviços, interpela de forma imediata o sistema de políticas e o modo como este induz a formatação e prestação de respostas. Naturalmente, este é um aspecto a que não serão alheios os critérios e mecanismos considerados nos modelos de financiamento de todo o sistema de reabilitação

A valorização da intervenção das ONG e dos serviços que prestam, remete, também, para que se considere o nível de profissionalização e qualificação das suas estruturas, começando, desde logo, pelas estruturas directivas, importando perceber se o perfil dos dirigentes associativos é o que melhor responde às exigências que perante estas se colocam. Assim, e em particular no que se refere às competências de gestão, que carências se evidenciam e que estratégias lhe podem dar resposta? Que relevância pode assumir a renovação de quadros? Que papel atribuir à formação profissional?

A mesma reflexão é passível de ser estendida a todo o conjunto de quadros que integram as ONG.

Quais as implicações, que em matéria do desenvolvimento de competências dos profissionais, decorrem do perfil de evolução da sua intervenção?

Estas são questões que justificam a abertura de uma frente de investigação que possa orientar a decisão política.

3.3 A qualidade de vida das pessoas com deficiência

Correspondendo ao enunciado temático de um dos seminários realizados, esta perspectiva de análise serve também o objectivo de integração do conjunto de contributos pronunciados noutros seminários e que ainda não foram apresentados neste documento.

O pano de fundo que enquadrou a procura de estratégias de promoção da qualidade de vida das pessoas com deficiência partiu do reconhecimento de que o passo mais relevante deste processo é, precisamente, o de proporcionar a plena integração da família de pessoas com deficiência na sociedade. Ou seja, o primeiro problema que confronta estas famílias é, precisamente, o do isolamento relativamente aos restantes processos de socialização o que afecta a sua capacidade de ultrapassar os problemas com que é confrontada.

3.3.1 Apoio à família

Ora, uma das dimensões que interpela de modo directo os processos de socialização da família tem a ver com o apoio que lhe é prestado, tanto no domínio da intervenção precoce como do apoio domiciliário. A importância de desenvolver estratégias de resposta que possibilitem maior suporte ao papel da família foi sobejamente sentenciada no âmbito do debate promovido. Neste plano, surgiram como propostas concretas de intervenção a criação de processos personalizados e continuados de atendimento (figura do tutor, por exemplo) que estreitem e tornem mais fluida a relação da família com os diversos instrumentos, serviços, procedimentos e cuidados que relevam para o seu caso.

A este propósito afigura-se interessante aprofundar experiências de atendimento desenvolvido por algumas ONG's que contemplam estratégias de atendimento personalizadas – referência, por exemplo, ao desenvolvimento de planos individuais de intervenção.

Complementarmente, assumiu particular ênfase a necessidade de consolidar um subsistema de

apoio domiciliário que, para além da capacidade de resposta em termos de volume de técnicos, reúna condições de especialização susceptíveis de adequar às necessidades o apoio prestado. Esta é uma preocupação que será extensível aos próprios serviços prestados na rede de lares que carecem de técnicos com qualificações adaptadas para atender pessoas com deficiência.

Aqui se perspectivam amplas margens de intervenção, quer a nível legislativo na regulação dos sistemas de prestação de apoio social no domicílio e na criação de estruturas de mecanismos de atendimento personalizado, quer a nível das estratégias de formação de técnicos no sentido de promover competências especializadas.

3.3.2 O conhecimento dos problemas

Caberá assinalar, neste passo, o que se pode considerar como uma das principais lacunas dos sistemas de respostas e óbice ao seu desenvolvimento, ou seja, o insuficiente desenvolvimento de um sistema de reconhecimento (inventariação) e caracterização de situações de necessidade, compreendendo a capacidade de tipificar os problemas com que são e podem vir a ser confrontadas as diversas famílias. De referir que este domínio de intervenção se encontra já referido enquanto condição de base para o desenvolvimento da integração da perspectiva da deficiência nos diferentes domínios sectoriais.

A adopção de mecanismos eficientes de recolha de informação é, nesta perspectiva, uma importante condição para ajustar os serviços às necessidades verificadas, assegurando, inclusive, uma visão prospectiva das mesmas. Ao mesmo tempo, a comunicabilidade que se pode desenvolver a partir deste esforço de reconhecimento de situações de necessidade é um importante recurso para promover os níveis de confiança das famílias no sistema e, a partir daí, para aprofundamento do recurso aos serviços e da própria cooperação entre ambos.

É crescente o reconhecimento de que a resposta às necessidades das famílias de pessoas com deficiência impõem a necessidade de desenvolver soluções “à medida”, isto é, respostas que sejam desenhadas em função de problemas e necessidades particulares. Ora, esta é um sentido de evolução que não dispensa suporte informativo.

3.3.3 A escola

Justificou igual ênfase, nomeadamente no testemunho veiculado por familiares de pessoas com deficiência, a necessidade de aprofundar as condições de funcionamento do modelo da escola inclusiva reconhecendo-se, em particular, a necessidade de aumentar o número de professores com formação especializada. Na medida em que os percursos de especialização dependem, naturalmente, das opções dos próprios docentes, a necessidade identificada torna oportuno que se equacione a aposta em mecanismos de incentivo para que estes optem por este domínio de especialização.

A formação do pessoal não docente, designadamente ao nível das técnicas de orientação e mobilidade constitui outro espaço de aposta a considerar.

Estes são domínios de aposta que poderiam concretizar-se a partir do desenvolvimento de estratégias de formação contínua.

Outra insuficiência plenamente reflectida diz respeito à promoção da utilização da língua gestual ao nível do corpo docente que se confronta com o problema da quase inexistência de formadores de língua gestual portuguesa. A definição deste perfil de formação e a consolidação, em curso, de uma oferta específica para formação de docentes de língua gestual, constituem apostas prioritárias a este nível.

No que se refere à escola inclusiva as solicitações são, contudo, mais amplas e convocam a necessidade de apostar na própria reorganização dos próprios modelos de funcionamento dos estabelecimentos de ensino, obrigando a que exista capacidade de equacionar de forma integrada todas as dimensões de resposta que importa ter em conta. Nesta perspectiva, a formação dos corpos directivos das escolas e a promoção de programas de partilha de experiências e boas práticas constituem elementos de resposta a valorizar.

3.3.4 Emprego

O pressuposto orientador da reflexão desenvolvida distinguiu a centralidade que a integração profissional assume no processo de prevenção, habilitação, reabilitação e integração das pessoas com deficiência, uma vez que esta é condição primeira da sua autonomia económica e integração social. Trata-se, no fundo, de reconhecer que a pessoa com deficiência não é diferente de qualquer

outra na importância que para ela assume a possibilidade de trabalhar, na medida em que esta é uma condição de igualdade e de pleno exercício da cidadania.

Em consequência, assumiu-se a prioridade de identificar estratégias que acrescentassem eficácia ao combate da situação de desfavor em que se encontram as pessoas com deficiência no mercado de trabalho e que evidencia maiores taxas de desemprego e um baixo nível de actividade.

Com efeito, os indicadores disponíveis colocam em evidência que, para além do nível de desemprego que afecta as pessoas com deficiência assume particular significado a percentagem de pessoas com deficiência que se encontram desencorajadas para o trabalho, isto é, que abdicaram de efectuar uma procura activa de uma oportunidade de trabalho.

A primeira interpelação que naturalmente se colocou a este respeito foi dirigida ao referencial de políticas activas de emprego e, em particular, ao modo como contempla esta realidade.

Este é um referencial de medidas que parece bastante completo do ponto de vista dos mecanismos de apoio que contempla, abrangendo o ciclo que integra a componente de orientação profissional, o desenvolvimento de competências, o apoio à integração no mercado de trabalho – incluindo os apoios dirigidos às entidades empregadoras e o desenvolvimento de ambientes de trabalho protegidos -, o apoio à iniciativa individual e, mesmo o acompanhamento pós-colocação.

Além dos instrumentos de natureza específica existem, ainda, alguns instrumentos de âmbito genérico que compreendem apoios majorados para pessoas com deficiência (estágios profissionais, Programa Formação/Emprego, Prodescoop, Programa Estímulo à oferta de emprego,...).

Ora, que aspectos se podem pôr em equação? Desde logo, a capacidade de resposta deste referencial de políticas ao problema claramente enunciado pelos indicadores estatísticos disponíveis, nomeadamente no que se refere ao desencorajamento para o trabalho. Com efeito, os instrumentos previstos parecem melhor vocacionados para facilitar a integração profissional de pessoas com deficiência que se encontrem à procura de uma oportunidade de trabalho e não tanto no sentido de uma intervenção mais a montante susceptível de “activar” a procura de emprego por parte destas pessoas. Dito de outro modo parecem instrumentos mais capazes de activar a oferta do que a procura de emprego.

Esta percepção sugere a importância de aprofundar a articulação entre políticas. Por exemplo, entre as políticas de saúde e de formação no quadro de uma estratégia de promoção da empregabilidade das pessoas com deficiência. O reforço da predisposição para o exercício de uma actividade passa pelo reforço da confiança da pessoa com deficiência nas suas capacidades - o que interpela o

papel das políticas de saúde e de formação – e , também, da sua confiança nas próprias condições que a sociedade/comunidade oferece para que possa exercer sem constrangimentos adicionais o seu direito à plena cidadania. Com efeito, falar de emprego das pessoas com deficiência não é falar apenas de se conseguir uma colocação num determinado posto de trabalho. É falar também do processo de prevenção, habilitação e reabilitação em geral e da reabilitação profissional em particular. Aqui se remete claramente para o domínio da coordenação de políticas e, sobretudo, para a aproximação entre as estratégias de reabilitação e as estratégias de colocação num posto de trabalho.

A formatação das políticas públicas de emprego não permite reconhecer significativos avanços a este nível. Esse é, aliás, um problema do domínio da prática de intervenção e, nessa medida, do processo de mediação.

Outra pista de reflexão refere-se, pois, às estratégias de mediação dos referidos instrumentos, e parte da percepção de que existem margens de progressão ao nível das estruturas e estratégias de mediação do conjunto de apoios disponíveis à integração profissional das pessoas com deficiência.

De modo mais imediato surge a questão da informação e da relevância de a tornar mais eficaz, generalizando, entre empresas e pessoas com deficiência e seus familiares o conhecimento do conjunto de instrumentos de política existentes.

O problema da mediação vai, no entanto, além disto e convoca a consciência de que a realidade da deficiência é marcadamente diversa e, por isso, requer soluções diferenciadas sendo difícil definir “protocolos de atendimento” susceptíveis de aplicação generalizada.

Neste sentido, afigura-se importante preparar melhor os Serviços Públicos de Emprego para o processo de mediação dos instrumentos de política dirigidos às pessoas com deficiência. Trata-se, essencialmente, de um processo de capacitação organizacional que envolve a preparação dos técnicos que intervêm nesta área e a promoção de quadros de articulação institucional mais intensos.

A este propósito importa avaliar o interesse de desenvolver plataformas de mediação específicas, na justa medida em que estas são capazes de reunir um nível de conhecimento do problema que favorece uma maior integração de soluções e uma melhor direcção de respostas, designadamente no que se refere ao desenvolvimento de estratégias de empregabilidade.

Pondera-se, a este nível também, a possibilidade de aqui enquadrar o projecto de desenvolvimento

de uma Rede de Centros de Apoio às Pessoas com Deficiência atendendo, nomeadamente, à possibilidade de estes se constituírem como veículo de uma maior articulação institucional (entre serviços públicos de apoios e entre estes e as empresas) e um dispositivo de “activação” de vontades junto das pessoas com deficiência.

O papel da intermediação das políticas é aliás essencial quando perspectivamos a aposta na integração da perspectiva da deficiência nas políticas de largo espectro (o que corresponde ao conceito de *mainstreaming*). O reforço de uma abordagem orientada pela lógica de *mainstreaming* coloca a especificidade da resposta já não no instrumento mas antes nas condições de intermediação. Nesta perspectiva, parece menos relevante diversificar instrumentos específicos, que nalguns casos não são distintos quanto à sua filosofia de intervenção dos existentes no referencial genérico de políticas públicas de emprego, mas antes, situar condições específicas de intermediação dos instrumentos de política.

Trata-se aqui de considerar que a especificidade da abordagem às necessidades das pessoas com deficiência deve ser colocada no modo como cada caso é acompanhado pelos serviços públicos de emprego, valorizando a aposta numa lógica mais integrada e personalizada de resposta que possibilitasse a construção de soluções mais personalizadas (na lógica da construção de um Plano Pessoal, por exemplo) resultante da combinação de instrumentos de política tão generalistas quanto possível.

Ainda no plano das políticas importa aprofundar a capacidade de transferir para o sistema de políticas aprendizagens construídas a partir de abordagens inovadoras desenvolvidas em projectos vários como, por exemplo, aqueles que se desenvolveram ao abrigo das Iniciativas Comunitárias.

Complementarmente, atendeu-se, ainda, ao modo como a lógica de responsabilidade social das empresas pode aprofundar o contributo destas para a inversão da situação de baixa empregabilidade das pessoas com deficiência. Considerando o que atrás se caracterizou e que põe em evidência a situação de desencorajamento que afecta as pessoas com deficiência, a responsabilidade das empresas não se esgotará na criação de oportunidades de trabalho, mas também, na construção de uma nova mentalidade nesta matéria. Neste plano, a afirmação de valores de inclusão na ética da empresa constitui uma estratégia relevante à qual deverá associar-se a perspectiva de difusão de boas práticas e de publicitação de oportunidades que sejam susceptíveis de encorajar as pessoas com deficiência a assumirem uma postura de maior proactividade.

A este propósito importará procurar equacionar-se que tipos de apoios serão mais relevantes para as empresas. Se aceder a incentivos financeiros destinados a tornar mais barata a contratação de uma pessoa com deficiência – aqui se excluindo os apoios destinados a permitir a adaptação de

infraestruturas e/ou equipamentos que parecem ter maior justificação – ou se aceder a apoio técnico susceptível de proporcionar condições organizacionais facilitadoras do processo de integração de uma pessoa com deficiência (a organização funcional, a gestão da dimensão cultural da empresa, as partilha de regras facilitadoras da integração,...)? Alguns testemunhos recolhidos encorajam a vontade de aprofundar esta segunda vertente de intervenção, sugerindo a utilidade de formatar processos de consultoria/formação dirigidos às empresas que funcionem como suporte às outras estratégias de fomento do emprego das pessoas com deficiência.

Por último, e em estreita relação com o que é dito relativamente ao papel das empresas afigura-se pertinente enfatizar a importância da aposta na formação de dirigentes empresariais.

3.3.5 As acessibilidades

A matéria das acessibilidades, estando presente de forma recorrente ao longo de todos os seminários, colheu tratamento mais atento no seminário relativo aos aspectos económicos do turismo acessível. A perspectiva aí veiculada não se afastou muito daquela que foi ocupando posição nos outros espaços de debate e contempla algumas ideias chave que em seguida se explicitam.

A primeira refere o reconhecimento de que a evolução das condições de acessibilidade para as pessoas com mobilidade reduzida é menos uma questão legal do que, efectivamente, um problema de aplicação da lei. Esta perspectiva conduz à percepção de que as apostas a fazer devem passar mais por reunir condições de aplicação da legislação do que no eventual aperfeiçoamento dos normativos existentes.

Aqui convoca-se, desde logo, um duplo espaço de actuação referido, por um lado, à exigência de um maior respeito pela aplicação da lei no que respeita aos processos de licenciamento de responsabilidade das autarquias e, em complementaridade, um investimento na sensibilização/informação dos técnicos – arquitectos em especial - que intervêm na elaboração dos projectos de execução e no acompanhamento da sua aplicação para que se reúnam condições mais propícias à aplicação da lei.

O segundo domínio de conclusão suscitado relevou a importância dos instrumentos de planeamento para a salvaguarda das condições de acessibilidade, aqui se relevando a importância de garantir condições de coordenação/articulação entre os diversos instrumentos de planeamento (Planos Directores Municipais, Planos de Urbanização, Planos de Pormenor, ...) ou, se quisermos, o

reconhecimento de que um dos principais problemas identificados tem a ver com a progressiva transferência de directrizes das fases de planeamento para a fase de projecto. Com efeito, ao nível dos instrumentos de planeamento de cariz municipal ou mesmo dos planos de pormenor a resposta às preocupações com as condições de acessibilidade não parece posta em causa, antes beneficiando aqui de um tratamento integrado do espólio normativo existente. É ao nível dos projectos de execução que se amplia o risco de precarização da resposta a esta preocupação.

Por outro lado, cumpre reconhecer que são ainda reduzidas as áreas urbanas que se encontram enquadradas por instrumentos de planeamento e que, aquando da execução, a questão das acessibilidades compreende a necessidade de responder a disposições normativas gerais. Ora, dois problemas decorrem deste contexto brevemente descrito. A baixa cobertura do tecido urbano por instrumentos de planeamento que medeiam e, desse modo, facilitem a aplicação da legislação, por um lado, e o ritmo gradual de renovação do espaço público. Situação que propicia a morosidade na revisão das condições de acessibilidade.

Nesta perspectiva, afigura-se útil equacionar a possibilidade de desenvolver planos de acessibilidade de âmbito municipal que ajudem a definir circuitos de mobilidade integrados que respondam às necessidades das pessoas com mobilidade reduzida. Estes planos teriam a virtualidade de encurtar o tempo de espera para identificação global das necessidades de adaptação de um dado território, ao mesmo tempo que permitiriam equacionar de forma integrada a problemática dos edifícios, dos espaços públicos e dos transportes. Deste modo, esperar-se-ia facilitar os processos de adaptação das condições de acessibilidade, quer porque não fazia depender a sua equação da existência de momentos de renovação urbana mais aprofundados, quer porque permitia a sua equação de forma integrada.

3.3.6 Turismo Acessível

A perspectiva de criar condições de estímulo ao desenvolvimento do turismo acessível considerou algumas pistas de intervenção concretas, para além daquelas que se referem à questão das acessibilidades que acima se referiu.

A primeira delas considera que o desenvolvimento de processos de certificação de equipamentos pode constituir uma opção relevante no sentido de promover a qualificação dos equipamentos turísticos.

Um segundo nível de análise que interpela directamente as empresas do sector refere-se à adaptação

dos seus serviços, designadamente no que diz respeito ao atendimento, o que apela à realização de programas de formação dirigidos para o desenvolvimento desta valência, nomeadamente no que se refere à formação de guias turísticos e pessoal de atendimento, que contemple por exemplo o domínio de língua gestual ou o reconhecimento de necessidades específicas, podem ter cabimento numa perspectiva de aprofundamento da aposta no turismo acessível.

Complementarmente, é possível reconhecer que os próprios serviços de informação e mediação são confrontados com solicitações específicas, exigindo-se, nomeadamente, a capacidade de recensear estruturas acessíveis e de as publicitar. Naturalmente, numa perspectiva mais integrada, o objectivo de consolidar estratégias de mediação selectivas considera, também, a necessidade de consolidar critérios e normas de aferição de qualidade que se enquadram num sistema de certificação de qualidade. Este deverá considerar não só a componente de acessibilidade física, mas também, a própria qualidade dos serviços prestados tendo em conta as necessidades específicas das pessoas com deficiência.

Ainda ao nível dos serviços de mediação e informação importa situar a importância de desenvolver estratégias de marketing – interno e internacional -, susceptíveis de ajudar a consolidar este segmento de mercado.

Síntese Conclusiva

Inicia-se este enunciado final destacando a relevância de promover um ciclo de debates focado no objectivo de estruturar um quadro de acção transversal no domínio da prevenção, habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência. Nesta óptica, o modelo organizativo privilegiado foi ajustado aos objectivos explicitados pelo projecto, em particular a abertura do modelo de debate adoptado e o princípio de convocação de novos actores.

O desequilíbrio de resultados entre os vários seminários, a impossibilidade de aprofundar num plano mais técnico algumas das ideias e propostas sugeridas e a omissão de domínios sectoriais terão sido alguns dos aspectos menos conseguidos. Ao invés, o envolvimento e sensibilização de decisores e técnicos de sectores e domínios de actividade relativamente alheados da problemática da deficiência, representou um resultado adicional que importa destacar.

Este resultado é especialmente relevante na medida em que o projecto se subordinou à perspectiva do *mainstreaming* e que a sua aplicação carece de um investimento adicional em informação e formação de técnicos e decisores. A par da convicção de que a intensificação de uma integração

transversal da perspectiva da deficiência carece de mecanismos de coordenação intersectorial mais intensos, esta é uma das principais constatações que o testemunho de experiências mais avançadas – Espanha, por exemplo – explicitou.

Ainda num plano abrangente, cumpre salientar a recorrente ênfase dada à importância de facilitar o acesso à informação sobre a problemática da deficiência, sobretudo considerando que esta não se circunscreve ao conhecimento formal dos direitos e deveres das pessoas com deficiência, compreendendo o conhecimento dos mecanismos básicos que servem a sua aplicação. Esta é uma óptica que destaca a pertinência de adoptar mecanismos de maior proximidade e personalização na disseminação dessa informação. No âmbito do debate empreendido foram apresentados alguns projectos de intervenção que se afiguram, a este nível, relevantes, distinguindo-se, essencialmente, a importância de formar mediadores e de contemplar criação de plataformas de mediação especializadas.

A precariedade da informação de caracterização da problemática da deficiência, tanto no que se refere à caracterização da população com deficiência como à caracterização das dinâmicas de cobertura assegurada através dos instrumentos de política existentes, situa outro e, porventura, fundamental domínio de investimento que importa assegurar. Com efeito, a renovação da acção é devedora deste conhecimento de base.

O percurso de debates sectoriais proporcionou um conjunto de preocupações e propostas de acção que aqui se convocam de forma muito expedita.

No domínio da comunicação social emergiu de modo consensual a oportunidade de aposta na formação de profissionais da comunicação como condição primeira de combate à expressão de estereótipos e a recorrência de uma abordagem sensacionalista do tema da deficiência. Complementarmente, a proposta de criação de uma Agência de Comunicação centrada na problemática da deficiência apresenta-se como interessante recurso para assegurar uma maior e, sobretudo, melhor exposição mediática da problemática da deficiência.

A importância do aprofundamento de mecanismos de contratualização, entre o estado e as ONG's, de prestações sociais nesta área colocou em plano de evidência as estratégias que possam concorrer para uma maior profissionalização da gestão das ONG's e, sobretudo, a exigência de um quadro de prestação de contas mais aprofundado. A inovação ao nível dos mecanismos de financiamento dos serviços contratualizados e a necessidade de um esforço de qualificação dos quadros dirigentes dessas organizações são dois passos que se afiguram incontornáveis considerando o propósito apresentado.

O aprofundamento dos novos paradigmas de governação considera a necessidade de perspectivar o modo como o Estado define a sua relação com estas entidades e o modo como “organiza” a transferência de responsabilidades. A exigência de qualidade dos serviços prestados por estas organizações remete, por sua vez, para a necessidade de perseguir lógicas de personalização no atendimento prestado.

A consolidação do apoio domiciliário, através da criação de processos personalizados e continuados de atendimento (figura do tutor, por exemplo), que estreitem e tornem mais fluida a relação da família com as estruturas de apoio existente, e a relevância de qualificar o atendimento na rede de lares existentes emergiram principais apostas no sentido de promover a qualidade de vida das famílias de pessoas com deficiência.

A inovação ao nível da regulação dos sistemas de prestação de apoio social no domicílio, a criação de estruturas de mecanismos de atendimento personalizado e formação de técnicos situam-se como domínios preferenciais de acção.

Prolongam estas acções tendentes a dar resposta directa às necessidades das famílias as que se referem à promoção da escola inclusiva, sobretudo no que se refere à importância de assegurar formação específica nesta área a professores e, mesmo, pessoal não docente. A orientação e a língua gestual portuguesa são algumas das áreas consideradas prioritárias.

A importância de desenvolver estratégias de intermediação capazes de considerar a especificidade da integração no mercado de trabalho da pessoa com deficiência surge como principal desafio que interpela a formação de políticas no domínio do emprego. Assim, reconhece-se a necessidade de preparar melhor os Serviços Públicos de Emprego para o processo de mediação dos instrumentos de política dirigidos às pessoas com deficiência. Neste plano, considera-se que o balanço entre a disponibilização de apoios à contratação e de apoios mais orientados para facilitar os processos de recrutamento e integração das pessoas com deficiência justifica aprofundada reflexão e eventual revisão.

No domínio das acessibilidades propõe-se, como condição de uma mais efectiva aplicação dos requisitos gerais dispostos na legislação, o desenvolvimento de planos de acessibilidade de âmbito municipal que ajudem a definir circuitos de mobilidade integrados. Estes planos teriam a virtualidade de encurtar o tempo de espera para identificação global das necessidades de adaptação de um dado território, ao mesmo tempo que permitiriam equacionar de forma integrada a problemática dos edifícios, dos espaços públicos e dos transportes.

Por último, referir que a possibilidade de explorar as oportunidades económicas associadas ao

turismo acessível situou algumas medidas tendentes a reforçar a aptidão dos operadores e zonas turísticas para acolherem pessoas com deficiência. Esta é uma oportunidade que se considera importante do ponto de vista económico mas, sobretudo, do seu relevo para promover a aceitação social da deficiência.

ANEXOS

Guião de Apoio

A Qualidade de Vida das Famílias de Pessoas com Deficiência e Suas Especificidades

Antecipando o enunciado de algumas pistas de reflexão a explorar, considera-se útil apresentar alguns dos principais problemas que constroem a qualidade de vida das famílias de pessoas com deficiência e limitam a eficácia das respostas que lhes são dirigidas.

1. Em primeiro lugar importa referir que a principal dificuldade que enfrentam estas famílias é a de encontrar **serviços de apoio** que possibilitem modelos adequados e flexíveis de partilha do esforço, relacionados com os cuidados que se torna necessário assegurar. A insuficiência dos serviços de apoio disponíveis tem consequências a dois níveis: i) na **qualidade da prestação de cuidados** assegurados à pessoa com deficiência considerando a exigência de lhe proporcionar um percurso de vida inclusivo e com o maior nível de qualidade de vida possível e ii) na **viabilização de modelos de organização da vida familiar** que minorem o prejuízo na qualidade de vida e possibilidade de plena participação que geralmente recaem sobre as famílias que necessitam de assegurar cuidados específicos a uma ou mais pessoas do seu agregado.

2. Implícita a esta dificuldade está o facto de, em grande medida, as famílias de pessoas com deficiência enfrentarem **dificuldades de comunicação/integração** na sociedade em que vivem com reflexos óbvios sobre a capacidade de comunicar e obter compreensão para os seus problemas. Esta dificuldade tem motivações exógenas no modo como a sociedade não compreende nem reconhece plenamente as circunstâncias de vida destas famílias, por um lado, e no modo “reservado/fechado” como, por vezes, estas famílias olham para o seu meio social envolvente. Esta fragilidade nos elos de comunicação social é, naturalmente, limitadora da possibilidade da “conquista de espaço” para a afirmação dos problemas que enfrentam estas famílias.

3. Em associação a este aspecto é, frequentemente, enunciado um sentimento de **isolamento** que afecta estas famílias e a dificuldade em obter ajuda. Aqui podem colocar-se problemas de ordem diversa: i) a **insuficiência dos serviços** prestados (que adiante se detalhará um pouco mais); ii) a **falta de informação e de legibilidade** relativamente aos serviços de apoio disponíveis que, naturalmente, condiciona a acessibilidade aos mesmos; iii) a **fragilidade de relações de cooperação/articulação** entre prestadores de serviços e utilizadores (as famílias) no sentido de fomentar a construção de soluções conjuntas mais adaptadas às reais necessidades e expectativas dos destinatários.

Relativamente à questão da legibilidade dos serviços existentes deve considerar-se que ela é questionada quer pela insuficiente capacidade de informação quer pela própria dispersão e desarticulação dos apoios disponíveis.

O último aspecto remete para o problema de ordem sistémica, isto é, para o modo como se organiza e funciona o sistema de apoio social na área da deficiência. Na medida em que possa favorecer lógicas de organização orientadas pela oferta, a elevada dependência da função estatal poderá, ou não, constituir factor de rigidez no modo como se organizam as prestações sociais neste âmbito. Esta é uma perspectiva que abre para a utilidade de equacionar possibilidades de intervenção por via dos mecanismos de financiamento e, complementarmente, que enquadramento pode ser dado à participação das famílias.

4. É crescente o reconhecimento de que a resposta às necessidades das famílias de pessoas com deficiência impõem a necessidade de desenvolver **soluções “à medida”**, isto é, respostas que sejam desenhadas em função de problemas e necessidades particulares. Este é um desafio que, situando a importância de desenvolver projectos individualizados como elemento evolutivo da organização dos serviços, interpela de forma imediata o sistema de políticas e o modo como este induz a formatação e prestação de respostas. Naturalmente, este é um aspecto a que não serão alheios os critérios e mecanismos considerados nos modelos de financiamento de todo o sistema de reabilitação

5. O desenvolvimento de **redes de apoio de raiz comunitária e local** é reconhecido como importante condição de eficácia dos mecanismos de prestação de serviços, constituindo uma dimensão susceptível de maior aprofundamento. Como organizar estes serviços e quem fazer participar são questões relevantes que neste plano se colocam.

6. O insuficiente desenvolvimento de um **sistema de reconhecimento (inventariação) e caracterização de situações de necessidade**, compreendendo a capacidade de tipificar os problemas com que são e podem vir a ser confrontadas as diversas famílias, constitui uma das principais lacunas do sistema de apoio e é uma das mais significativas limitações ao desenvolvimento da sua capacidade de resposta.

A adopção de mecanismos eficientes de recolha de informação é, nesta perspectiva, uma importante condição para ajustar os serviços às necessidades verificadas, assegurando, inclusive, uma visão prospectiva das mesmas. Ao mesmo tempo, a comunicabilidade que se pode desenvolver a partir deste esforço de reconhecimento de situações de necessidade é um importante recurso para promover os níveis de confiança das famílias no sistema e, a partir daí, para aprofundamento do recurso aos serviços e da própria cooperação entre ambos.

7. O reforço do sistema de prestação de cuidados para o momento em que a família já não reúne condições para ser o principal veículo de apoio à pessoa com deficiência é uma das necessidades colocadas em evidência em trabalhos de diagnóstico recentemente realizados. O reforço de confiança das famílias nos **sistemas de apoio e o diagnóstico mais fino das necessidades existentes**, constituem importantes estratégias para a capacitação dos serviços no sentido de darem melhor resposta a esta preocupação.

Alguns domínios de questão a considerar

Apartir dos princípios de actuação explicitados e dos elementos de diagnóstico brevemente referidos é possível situar um conjunto de questões para as quais o debate deve procurar respostas. Estas questões, colocadas em jeito de guião de apoio à condução do debate, são enquadradas pelos objectivos gerais do Seminário que em seguida se enunciam:

- *Reflectir sobre o impacto da deficiência nas famílias;*
- *Perceber como intervir junto das famílias na perspectiva da melhoria da sua qualidade de vida;*
- *Definir estratégias que visem a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência e suas famílias.*

Subordinado a este referencial e a uma linha de reflexão que considera **os serviços, os actores, os sistemas e as estratégias de desenvolvimento** valerá a pena pôr em questão:

No que se refere ao *Mainstreaming*

Que estratégias podem promover a capacitação dos organismos públicos com responsabilidades de definição e coordenação de políticas nos vários sectores no domínio da deficiência. Dito de outro modo, de que forma se poderá promover, de forma horizontal, uma maior sensibilidade e conhecimento sobre a problemática da deficiência nos diversos níveis de responsabilidade de política por forma a consolidar a perspectiva de *mainstreaming*?

(A operacionalização de uma abordagem de *mainstreaming* é uma importante condição de eficácia dos restantes desenvolvimentos que possam ser perspectivados)

No domínio da informação e sensibilização

Quais as principais insuficiências no acesso à informação? Como é que essas insuficiências limitam a organização da vida familiar? Que respostas pôr em marcha?

Considerando as exigências de uma maior sensibilização/informação/educação para esta problemática, que incide tanto sobre a sociedade em geral como sobre as próprias famílias, que estratégias desenvolver.

No domínio dos serviços de apoio

Que avaliação é feita da tipologia de serviços disponibilizados considerando:

- A sua resposta aos problemas das famílias. Que serviços se imporia desenvolver? Em que sectores?
- A sua dotação em termos de capacidade de resposta?
- Os mecanismos de articulação/proximidade às famílias. Que estratégias explorar?

Como promover a qualidade das respostas existentes e, em particular, da organização da rede de serviços que assume a prestação de cuidados às pessoas com deficiência quando a família já não pode assumir em pleno essa função? Que tipo de melhoria é exigível às respostas existentes? Que estratégias servem o objectivo de reforço da confiança das famílias nos serviços que as apoiam?

Que domínios de “oportunidade” emergem/convergem com a perspectiva de desenvolvimento do sector dos serviços pessoais e sociais? Que estratégias podem alavancar este desenvolvimento?

Quais as implicações em matéria do desenvolvimento de competências dos profissionais, do/ e para o sector, decorrem do perfil de evolução de serviços explicitado? De que modo estas necessidades interpelam o sistema de educação/formação?

Que estratégias na organização da prestação dos serviços podem promover a sua eficácia? Que actores envolver? Como reforçar a confiança no sistema? Como promover um maior envolvimento de autoridades locais e a estruturação de redes de suporte de raiz comunitária?

Como promover modelos de maior cooperação entre os prestadores de serviço e as famílias?

Que implicações pode ter este objectivo ao nível da formatação dos serviços, dos modelos de contratualização, dos mecanismos e critérios de financiamento?

Quem são os actores-chave de uma estratégia de mudança no sistema de apoio às famílias (Segurança-social, Saúde,...)? Que espaços de interdependência se estabelecem e que espaços de cooperação aprofundar?

No domínio do design para todos

*Muitos esforços recentes da acessibilidade procuraram promover a ideia do “design para todos”: os produtos e serviços são concebidos a partir de um conceito inicial cujo objectivo é a sua utilização e usufruto pelo maior número de pessoas possível. (...) Devemos também empenhar-nos para que a criação de um design para todos faça parte integrante da abordagem do “mainstreaming” e não de um domínio especializado.*³

O que está pensado neste domínio? Que oportunidades/primeiros passos valorizar? Que tipo de acções implica (estudo de soluções, definição de normas com aplicação sectorial,...)?

No que se refere à função de diagnóstico/identificação de necessidades

Qual a importância do desenvolvimento de um “sistema de observação” que permite estratégias de acompanhamento/encaminhamento personalizadas? Como desenvolver? Que condições podem viabilizar a sua implementação?

No domínio da educação e mercado de trabalho

Que mudanças ao nível do funcionamento do sistema educativo e da regulação do mercado de trabalho podem ser contribuintes do reforço da qualidade de vida das famílias de pessoas com deficiência? Há necessidade de produção normativa ou, sobretudo, de promover a aplicação das disposições normativas em vigor?

No domínio da sociedade da informação

Qual o contributo das novas tecnologias de comunicação e informação para este desígnio? No acesso à informação, no acesso a serviços, no desenvolvimento da autonomia (serviços públicos on-line, governo electrónico, e-learning, e-health, a questão do “design para todos” ...)? Que

³ Comissão Europeia, Grupo de Peritos de Alto Nível para a Deficiência: Programa de Trabalhos 2004-2005, p.12.

avanços são reportáveis a partir de experiências nacionais e internacionais ? Qual o seu potencial e que apostas situar?

No domínio do planeamento urbano e da habitação

No que se refere ao planeamento físico e habitação, que domínios de actuação podem ser contribuintes do reforço da qualidade de vida das famílias de pessoas com deficiência? Com efeito, a acessibilidade das áreas edificadas e a integração de “novas funcionalidades” podem contribuir para a autonomia das pessoas com deficiência e, desse modo, para a melhoria da qualidade de vida da sua família.

Que instrumentos considerar: PDM, legislação relativa à construção de casas para habitação, ...? Há margens de progressão ou é, essencialmente, um problema de aplicação da lei? Também, aqui se aplica o princípio do “design para todos”.

Ao nível das boas práticas

Que estratégias/projectos inovadores no domínio da resposta às necessidades das famílias são referenciáveis a partir de experiências de outros países?

Guião de Apoio

A Responsabilidade Social dos Media

Diagnóstico

O que em primeiro lugar importará situar, na tentativa de contextualizar a proposta de debate introduzida pelo tema “a responsabilidade social dos *media*”, diz respeito ao objecto que pode ocupar o espaço dessa mesma responsabilidade no caso em apreço para, em seguida, procurar referenciar como ela se manifesta.

Ora, aquilo que de modo mais imediato interpela o dever dos *media* é, naturalmente, o papel de informar a opinião pública, procurando reunir as virtudes de uma informação de qualidade que aqui nos dispensamos de enunciar. Neste plano a realidade da pessoa com deficiência é “quase” igual à de qualquer outra sendo a sua expectativa a de aceder a uma prestação de serviços com qualidade - dizemos quase porque enquanto consumidora de conteúdos podem surgir problemas específicos ao nível da forma de comunicação, nomeadamente no que se refere às pessoas afectadas pela surdez. Como facilmente se percebe este é já factor de controvérsia e enunciado suficiente para alimentar alguns debates que, são aliás profusos sem serem necessariamente frutuosa. Este é contudo um olhar que não posiciona a especificidade da circunstância da pessoa com deficiência.

Esta manifesta-se de forma mais particular quando ela se **constitui como objecto dessa mesma informação**, sendo expressiva a apreensão que este plano suscita. Trata-se, nesta óptica, de saber **como é que os media tratam o universo das pessoas com deficiência**, ou seja, de saber como é que ele “aparece” retratado nos *media*? Aqui importa fazer um parêntesis para referir que no universo dos cidadãos com deficiência, integram-se também as suas famílias, os técnicos de reabilitação, as ONG’s e os parceiros sociais. Esta é uma realidade diversa, transversal e complexa que suscita apreensão quanto à forma como é transmitida.

Retomando a questão relativa à pessoa com deficiência enquanto sujeito da comunicação, o que se pode destacar respeita ao facto de a sua condição ampliar o recurso a estratégias de comunicação dominantes orientadas pelas lógicas de normalização, assentes na exploração dos “casos do dia a dia”, como refere Bourdieu⁴ e da sua associação a uma abordagem sensacionalista que tende a exagerar e dramatizar a importância e gravidade daquilo que é mostrado.

⁴ Bourdieu, Pierre, Sobre a Televisão, Celta, Oeiras 2001.

Ainda na linha do pensamento de Bourdieu esta é uma estratégia de comunicação que permite, “paradoxalmente, esconder mostrando, mostrando coisa diferente do que seria preciso mostrar se nela se fizesse o que supostamente se faz, quer dizer, informar; ou ainda mostrando o que seria preciso mostrar, mas de tal maneira que é isso que não é mostrado ou se torna insignificante, ou por fim, construindo-o de tal maneira que acaba por assumir um sentido que em nada corresponde à realidade.”⁵

Independente da expressão mais ou menos significativa deste tipo de “estratégia comunicacional” o que acentua a sua relevância neste caso é o facto de as pessoas com deficiência surgirem como objecto “preferencial” deste tipo de tratamento.

Esta é uma tendência que posiciona como resultados mais preocupantes a projecção de uma linguagem comunicacional de vitimização e esvaziamento da função de formação de conhecimento que sempre se associa a uma informação esclarecida, idónea e baseada em conhecimento de facto. Constituem exemplos disto, que a prática tornou pródigos, a exemplificação da incapacidade em vez da capacidade, projecção da marginalidade e desgraça, a evidência da carência que a televisão ajuda a ultrapassar criando um acontecimento na dádiva de uma cadeira de rodas, entre outros.

Pode o tratamento dado à representação paralímpica constituir-se como um sinal de sentido inverso nesta orientação dominante ou foi, também ela, o produto de uma lógica de notoriedade pontual fruto da gestão da “agenda dos casos do dia a dia”? A cobertura noticiosa que foi dada ao evento sugere uma avaliação positiva mas terá sido isenta de “efeitos discriminatórios”? Procurando mostrar o sucesso, havia também que mostrar os protagonistas sujeitos, nalguns casos, de imagens impressionantes. Isso foi feito?

O que mais preocupa nesta prática de orientação dominante e não necessariamente absoluta, é o **contributo que dá para a perpetuação de preconceitos, estereótipos e do desconhecimento** que não favorecem os caminhos da plena integração da pessoa com deficiência e da construção da sua cidadania e autonomia que com ele se relacionam.

Temas para reflexão

Na sociedade como nos media **a questão da educação/formação é a chave, mas será**

⁵ idem, p.11.

suficiente? Em que planos ela tem de estar presente para ser eficaz?

Quando nos referimos à educação consideramos a eventual necessidade de promover caminhos de aprendizagem que possibilitem aos profissionais da comunicação reunirem melhores condições para se constituírem em agentes da mudança deste paradigma comunicacional. Este é, desde logo, um domínio de questão que importa suscitar.

Aliás, a pergunta que se enuncia, desde logo, é a de saber se, independentemente daquilo que é a prática suscitada pelas condições de exercício profissional, **os profissionais da comunicação têm aptidões que permitam escolher o tratamento informativo certo?** Em boa verdade importará dizer que este não parece fácil de definir e que exige conhecimentos técnicos particulares.

A formação dos profissionais da comunicação assegura esta componente?

A este propósito parece legítimo perguntar, antes de mais, se existe conhecimento estabilizado sobre esta matéria que seja susceptível de ser transmitido nos percursos de formação? É fácil e consensual **situar aquilo que corresponde a um tratamento informativo “correcto”** da problemática da deficiência? Que trabalho há ainda a fazer nesse plano? Existe ou justifica-se que seja criado um **código de conduta** nesta área?

No entanto, é legítimo temer que este percurso de desenvolvimento de aptidões no produto da comunicação possa não ser suficiente, uma vez que são marcantes os constrangimentos que resultam da forma como se organiza a propriedade desses meios e de como a sua inserção no mercado se define. O efeito de tabloidização é, sobretudo, reflexo das condições de funcionamento do mercado dos *media*, sujeito a “normas” de concorrência que tem empurrado para a harmonização de modelos e aqui sugere perguntar-se quem estará em condições de abdicar? O que pode aqui perguntar-se que tenha espaço de resposta num debate como o proposto? Esta é a primeira questão que a este respeito se deixa.

Neste plano, **qual será o espaço de intervenção das políticas públicas, isto é, da função de regulação?**

Que papel atribuir aos agentes do sistema nacional de deficiência? Será que há aqui espaço para o desenvolvimento de uma estratégia de marketing junto dos *media*?

Numa óptica complementar cumpre centrar ainda a atenção na expectativa de que a comunicação social seja agente de responsabilização de outros protagonistas sociais, o que acentua a importância de promover espaços de debate e entrevista subordinados à problemática da deficiência.

Que razões explicam a **ausência da problemática da deficiência nos referidos espaços**? É sobretudo um problema de agenda política? Como avaliar a cobertura noticiosa da problemática da deficiência durante o Ano Europeu da Pessoa com Deficiência (2003)?

Estão os **jornalistas preparados** para a dinamização e aprofundamento das matérias da Prevenção, Habilitação, Reabilitação e Participação das Pessoas com Deficiência?

O segundo plano de análise que se convoca é o dos **media como empregadores**. Este é, também, um domínio de afirmação da sua função social. Como posicionar os media enquanto empregadores? A este respeito a evidência empírica, de natureza não estatística, deve acentuar-se, diz-nos que este é um sector que não se subtrai à lógica de segregação das pessoas com deficiência que domina no mercado de trabalho. Naturalmente, este é um problema que convoca duas linhas de actuação. Uma junto das pessoas com deficiência que prossiga estratégias mais eficazes de desenvolvimento de competências – no âmbito dos sistemas de ensino e formação – outra referida ao funcionamento do mercado de trabalho e à atitude dos empregadores. Em ambas se pode interpelar o sector dos *media* até porque, só uma abordagem integrada pode favorecer outra configuração de resultados no que se refere à inserção profissional das pessoas com deficiência no sector.

Assim, importa aferir o que se passa nos cursos especificamente relacionados com o sector, seja na formação superior, seja ao nível da formação profissional.

Que estratégias de recrutamento podem ser promovidas?

Que **domínios de oportunidade do ponto de vista do exercício profissional** podem ser valorizados na perspectiva da integração das pessoas com deficiência?

Esta é uma problemática que remete para a **acção dos sistemas de orientação escolar e profissional**. Como valorizá-la? Que contributo podem receber dos agentes do sector no sentido de alinharem estrategicamente a sua intervenção?

O efeito de demonstração dos *media* atribui-lhes, senão uma responsabilidade acrescida, pelo menos, uma valia instrumental importante. Aliás, esta será uma condição primeira para acentuar a pertinência de promover estratégias de discriminação positiva nos *media*. Esta circunstância permite relevar o interesse em encorajar o **desenvolvimento de programas de formação-emprego no sector**?

Que **estratégias** prosseguir? Que **actores** envolver?

Já no que se refere à integração profissional propriamente dita importará perceber o que é específico no processo de segregação do sector - a questão da imagem, nomeadamente no audiovisual assume uma relevância extrema – e que estratégias **podem promover a inclusão das pessoas com deficiência** em organizações dos *media*? Este é também o **espaço da pedagogia** mas que outros recursos devem ser equacionados?

Será possível **federar condutas e gerar compromissos**?

Na reflexão proposta valerá a pena incluir, ainda, uma visão de síntese sobre o que tem sido desenvolvido nos últimos tempos que possa ser situado como boa prática, sobretudo no que se refere aos resultados da Declaração Europeia sobre os Media e a Deficiência e da acção que a partir dela tem sido conduzida pelo Fórum Europeu da Deficiência. De referir que esta Declaração foi adoptada em 2003 no quadro do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência e que do seu texto ressaltava uma manifestação de vontade de:

- melhorar a forma como são retratadas as pessoas com deficiência;
- melhorar a visibilidade das pessoas com deficiência;
- melhorar a cobertura das questões específicas da deficiência;
- promover uma imagem positiva das pessoas com deficiência;
- encorajar a cooperação entre as pessoas com deficiência, as suas organizações e as organizações dos *media*;
- aumentar o número de pessoas com deficiência empregadas nos *media*;
- assegurar o acesso das pessoas com deficiência ao serviço dos *media*; e,
- garantir a acessibilidade física ao ambiente de trabalho na indústria dos media.

Guião de Apoio

Gestão Estratégica das ONG

Diagnóstico

Os modelos de governância das políticas públicas e, em particular, daquelas que assumem um cariz social, têm estado sujeitos a dinâmicas de mudança que **aprofundam soluções de parceria entre as esferas pública e privada**. Subordinada à procura de uma maior eficácia na acção das políticas, esta evolução situa novas formas de relacionamento entre o estado, o cidadão e os seus representantes, compreendendo a aposta numa cidadania activa que responsabilize os diversos actores na condução de estratégias de resposta que visam a prossecução do interesse comum.

Com efeito, a **lógica de responsabilização** está no centro dos novos modelos de governância que desenvolvem processos de tomada de decisão mais participados e apostam numa acrescida delegação de poderes. As Organizações Não Governamentais (ONG) surgem como parceiros importantes deste novo espaço de “contratualização” entre público e privado, sendo, por isso, interpeladas por um quadro de novas exigências.

Na área da deficiência, este novo paradigma de governância da coisa pública é amplamente assumido pelo **Plano Europeu de Acção para a Igualdade de Oportunidades para as Pessoas com Deficiência**. Com efeito, nele se exprime o objectivo de assegurar linhas de aprofundamento da articulação com as ONG, explicitando, designadamente, que “as modalidades existentes de cooperação e parceria com as ONG, (...) serão a base para promover o diálogo sobre políticas, melhorar a informação mútua e desenvolver a cooperação”.

Este contexto de evolução introduz um importante desafio às ONG que pode ser traduzido pela ideia da **capacitação**, ou seja, pela necessidade que a estas se impõem de **desenvolver competências ajustadas à interpretação de um papel activo na mediação das políticas públicas**. Esta capacitação tem expressão na formação de *know-how* relativamente ao seu domínio particular de acção, que tem tradução nos recursos organizativos para prosseguir uma determinada intervenção, mas também, na capacidade de representar interesses, direitos, ideias e de, desse modo, reunir capacidade de participar no processo de decisão.

Aliás, uma valência leva à outra. Com efeito, quanto mais eficaz for um determinado exercício e a prestação de serviços que lhe pode estar associada, maior a capacidade de representação de uma determinada ONG. Assim, a aferição desta capacidade e o reconhecimento da representatividade das ONG que intervêm num determinado domínio constituem-se como recursos decisivos de apoio

à decisão pública na construção dos referidos espaços de parceria.

Num universo tão diverso como é o da deficiência, caracterizado pela expressão de realidades e necessidades tão diversas, a coordenação de uma estratégia de envolvimento das ONG reúne dificuldade acrescida. A própria aferição das condições de participação das várias ONG assume maior complexidade, uma vez que ***estas se posicionam em contextos muito diferenciados de actuação e, por isso, dificilmente comparáveis.***

O processo de capacitação interpela, no fundo, dois vectores estruturais da actividade das ONG, isto é, a ***qualidade da sua intervenção e a sustentabilidade do projecto.*** Ora, um retrato simples diz-nos que, tendencialmente, o movimento associativo revela como principais fragilidades o défice de capacidade organizativa, consequência principal de uma insuficiente profissionalização das suas estruturas, e uma significativa dificuldade em gerar condições de sustentabilidade financeira dos projectos.

Naturalmente, na procura de estratégias de aprofundamento dos novos paradigmas de governância, estes domínios de fragilidade remetem não só para a necessidade de perspectivar o que pode ser feito no espaço organizacional das ONG, mas também, para o modo como ***o Estado define a sua relação com estas entidades e ao modo como “organiza” a transferência de responsabilidades.*** De outro modo, em vez de assegurar um processo de responsabilização crescente de vários actores, poderia conduzir-se um processo de desresponsabilização de alguns o que é, sem dúvida, um dos principais riscos a evitar.

No caso português é amplo o movimento associativo dirigido às pessoas com deficiência, sendo muito diversa a natureza destas entidades e o seu perfil de intervenção. De qualquer modo, muitas destas associações assumem já um relevante papel de parceria com o Estado substituindo-o na prestação de muitos serviços dedicados às pessoas com deficiência, sendo que algumas delas são receptoras de financiamento público que procura apoiar parte da sua actividade.

Ao mesmo tempo, elas são um dos principais recursos para procurar dar voz e procurar respostas para problemas específicos, o que acaba por promover a sua multiplicação. Com efeito, é possível contabilizar, na área da deficiência, um universo de ONG com intervenção nas áreas da deficiência e da reabilitação que ultrapassa as 400 entidades, com perfis muito diferenciados. Ora, esta realidade se, por um lado, revela iniciativa, por outro, sugere a produção de uma realidade com baixa legibilidade para os “utilizadores” e decisores públicos, configurando, eventualmente, um quadro de acção com baixo grau de racionalidade organizativa.

Ao mesmo tempo, há virtualidades reconhecidas na capacidade deste tecido institucional

prestar respostas de natureza especializada e personalizada em alguns domínios de actuação, sugerindo que no seu seio se acolhem lógicas organizativas e estratégias de desenvolvimento diferenciadas.

Temas para reflexão

Começemos pela questão da **sustentabilidade** que, de modo mais sensível condiciona a intervenção das ONG. Subjacente ao objectivo de transferência de responsabilidade está a **expectativa de assegurar maior eficácia na prestação de serviços, gerando ganhos de eficiência através de uma menor afectação de recursos**. Este é um objectivo difícil de alcançar, cabendo a este propósito questionar:

Que principais problemas afectam as organizações do ponto de vista da sua sustentabilidade económica? O que esperar da intervenção estatal? O que existe?

Que estratégias de transferência do financiamento público podem favorecer o objectivo de sustentabilidade? Que tipo de critérios devem ser valorizados na decisão de atribuição de apoios?

(Pode ter-se presente que, a este nível, se pode colocar em equação a vantagem de optar por um modelo de financiamento dirigido às ONG, isto é, aos prestadores de serviço, e outro mais valorizador da possibilidade de aprofundar lógicas de mercado e que, por isso, aposte no financiamento à procura).

Que **outras fontes de financiamento** das ONG podem e devem ser consideradas? Qual o papel das famílias?

Uma problemática subsidiária da estratégia de financiamento é a que situa a **independência das ONG face à sua fonte de financiamento** e, conseqüentemente, à avaliação da medida em que a dependência, face a uma determinada fonte de financiamento, condiciona a sua intervenção.

Quem financia as ONG? O seu financiamento estará ou não ligado a certas posições tomadas pelas ONG? **Até que ponto as ONG são independentes da sua fonte de financiamento?**

Ainda neste plano emerge como dimensão de análise relevante a questão da transparência e da prestação de contas (accountability), ou seja, a crescente exigência de que em cenários de

aprofundamento das parcerias público-privado se aprofundem, também, os procedimentos de prestação de contas. Enquanto condição de credibilidade esta é uma condição de uma maior aposta na contratualização de serviços, pelo que importa aferir que práticas se estabelecem e que disponibilidade existe para adoptar mecanismos de controlo mais rigorosos.

No que se refere aos modelos organizacionais e à dinâmica das organizações são diversos os aspectos que podem ser colocados em equação. Desde logo, o problema da **representatividade das ONG**, ou seja, do modo como estas integram, ou não, as preocupações dos seus membros.

A este propósito importa perguntar se está assegurada e de que forma a **participação dos membros das ONG no seu funcionamento**? Que mecanismos asseguram essa participação? Como é feita a delegação de poderes e a responsabilização? Qual é o mecanismo de tomada de decisão adoptado?

Este enunciado remete para a questão mais ampla de saber **qual o tipo de relacionamento das ONG com a comunidade** em que se inscreve a sua intervenção. Esta relação surge diminuída aos olhos de muitos observadores, importando verificar **que circunstâncias limitam a inserção comunitária**, que virtualidades se lhe reconhecem e **que estratégias podem permitir intensificar a relação entre as organizações e as comunidades em que estão inseridas**.

A cooperação entre as próprias ONG é um domínio de expressão de uma matriz mais aberta de relação com a comunidade.

Que avaliação é feita deste relacionamento? Que apostas/condições podem permitir uma maior articulação entre as diferentes ONG? Considerando a heterogeneidade das ONG da área da deficiência, suscitada, desde logo, pela diversidade de interesses que representam, como se pode estruturar uma maior cooperação entre elas?

Como organizar a sua representação face ao poder político?

O segundo domínio de reflexão em torno do objectivo de promover a qualificação da actuação das ONG passa por questionar os serviços que por elas são mediados. Aqui podem colocar-se problemas de ordem diversa: i) a **insuficiência dos serviços** prestados ii) a **falta de informação e de legibilidade** relativamente aos serviços de apoio disponíveis que, naturalmente, condiciona a acessibilidade aos mesmos; iii) a **fragilidade de relações de cooperação/articulação** entre prestadores de serviços e utilizadores (as famílias) no sentido de fomentar a construção de soluções conjuntas mais adaptadas às reais necessidades e expectativas dos destinatários.

Neste plano valerá a pena considerar que é crescente o reconhecimento de que a resposta às necessidades das famílias de pessoas com deficiência impõem a necessidade de desenvolver **soluções “à medida”**, isto é, respostas que sejam desenhadas em função de problemas e necessidades particulares. Este é um desafio que, situando a importância de desenvolver projectos individualizados como elemento evolutivo da organização dos serviços, interpela de forma imediata o sistema de políticas e o modo como este induz a formatação e prestação de respostas. Naturalmente, este é um aspecto a que não serão alheios os critérios e mecanismos considerados nos modelos de financiamento de todo o sistema de reabilitação.

Assim, importa explorar, em primeiro lugar, que avaliação é feita da **tipologia de serviços disponibilizados** considerando:

- A sua **resposta** aos problemas das famílias. Que serviços se imporia desenvolver? Em que sectores?
- A sua **dotação** em termos de capacidade de resposta?
- Os mecanismos de **articulação/proximidade** às famílias. Que estratégias explorar?

Como promover a qualidade das respostas existentes e, em particular, da organização da rede de serviços que assume a prestação de cuidados às pessoas com deficiência? Que tipo de melhoria é exigível às respostas existentes? Que estratégias servem o objectivo de reforço da confiança das famílias nos serviços que as apoiam?

Como promover **modelos de maior cooperação** entre os prestadores de serviço e as famílias? Que implicações pode ter este objectivo ao nível da formatação dos serviços, dos modelos de contratualização, dos mecanismos e critérios de financiamento?

A valorização da intervenção das ONG e dos serviços que prestam remete para que se considere o **nível de profissionalização e qualificação das suas estruturas** começando, desde logo, pelas estruturas directivas, importando perceber se o perfil dos dirigentes associativos é o que melhor responde às exigências que perante estas se colocam. Assim, e em particular no que se refere às **competências de gestão, que carências se evidenciam e que estratégias lhe podem dar resposta**? Que relevância pode assumir a renovação de quadros? Que papel atribuir à formação profissional?

A mesma reflexão é passível de ser estendida a todo o conjunto de quadros que integram as

ONG. *Que implicações em matéria do desenvolvimento de competências dos profissionais decorrem do perfil de evolução da sua intervenção?*

De que modo estas necessidades interpelam o sistema de educação/formação? Existem respostas em matéria de formação adequadas às necessidades das ONG?

Por fim, e sem pretender esgotar as variantes de análise sugeridas pelo tema genérico do seminário, valeria a pena equacionar qual o papel do voluntariado no quadro de funcionamento das ONG e do seu desenvolvimento.

A mobilização do voluntariado social, enquanto expressão de aprofundamento de uma cultura solidária, é uma oportunidade para valorizar a intervenção das ONG e promover os serviços que prestam. O voluntariado constitui-se, ao mesmo tempo, como recurso valorizador de relações de proximidade.

Que estratégias se desenvolvem já? Que oportunidades se situam? Que necessidades se explicitam?

Guião de Apoio

Emprego: Factor Imprescindível para a Integração Social

Diagnóstico

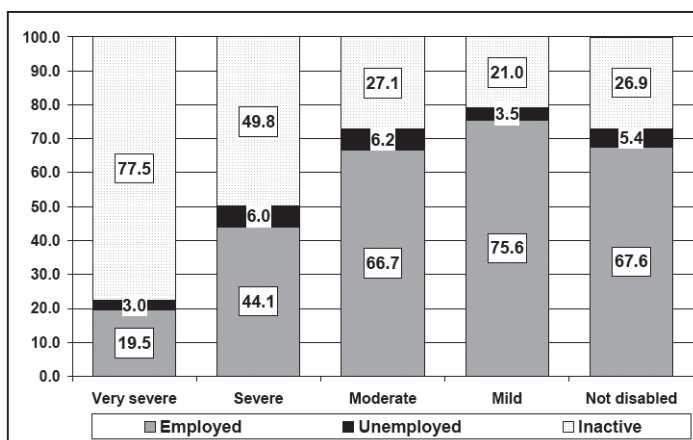
O primeiro domínio de reflexão que importa alinhar na introdução ao debate proposto diz respeito à **centralidade que a integração profissional assume no processo de prevenção, habilitação, reabilitação e integração das pessoas com deficiência**, uma vez que esta é condição primeira da sua autonomia económica e integração social. Trata-se, no fundo, de reconhecer que a pessoa com deficiência não é diferente de qualquer outra na importância que para ela assume a possibilidade de trabalhar, na medida em que esta é uma condição de igualdade e de pleno exercício da cidadania.

Dito isto caberá ilustrar, brevemente, a **situação de desfavor em que se encontram as pessoas com deficiência no mercado de trabalho**. Com efeito, a perspectiva generalizada é a de que o nível de desemprego das pessoas com deficiência é bastante superior ao registado para o conjunto da população activa.

Esta perspectiva, que as estatísticas evidenciam de forma moderada apresenta, contudo, algumas especificidades que valerá a pena explorar. Os indicadores estatísticos disponíveis para o efeito não abundam, sendo que recorreremos, neste documento e para uma análise de âmbito europeu, aos resultados preliminares da aplicação do módulo relativo ao emprego de pessoas com deficiência no Labour Force Survey (2003) e, posteriormente, para o foco de âmbito nacional aos dados dos Censos.

Estes indicadores colocam em evidência como principal ideia forte reflectida pelos dados incluídos nos quadros que adiante se apresentam – de notar que se tratam de dados agregados para a União Europeia que podem “esconder” especificidades nacionais relevantes – a de que **mais significativo do que o índice de desemprego que afecta as pessoas com deficiência é a percentagem de pessoas com deficiência que se encontram desencorajadas para o trabalho**, isto é, que abdicaram de efectuar uma procura activa de uma oportunidade de trabalho. Com efeito, como mostram os indicadores apresentados na figura seguinte, a taxa média de desencorajamento para o trabalho é, nas pessoas com deficiência, vincadamente superior à da registada na restante população.

Distribuição da população entre 16 e 64 anos segundo o grau de deficiência e o nível de actividade

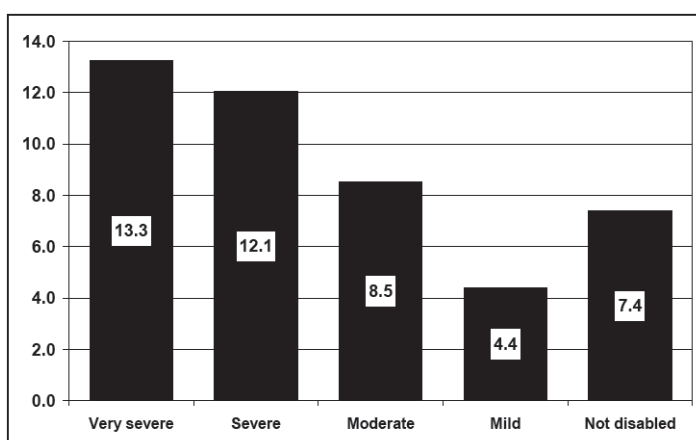


Fonte: Eurostat 2003

Como seria expectável, os resultados apresentados mostram que é nos grupos com grau de deficiência mais severa que o nível de desencorajamento para o trabalho é maior.

Complementarmente, os dados recolhidos no mesmo estudo evidenciam que nos países europeus considerados (EU15 mais Noruega e Roménia) **a taxa de desemprego das pessoas com deficiência não é tão significativamente mais elevada como seria expectável**, como é possível confirmar na figura seguinte.

Taxa de desemprego da população sem e com deficiência com idade compreendida entre os 16 e os 64 anos



Fonte: Eurostat 2003

Esta perspectiva recolhida a nível europeu é amplamente coincidente com a situação verificada em Portugal segundo os dados apurados nos últimos censos. Com efeito, esses dados colocam em evidência uma taxa de desemprego ligeiramente superior à média mas, sobretudo, uma **muito baixa taxa de actividade entre a população com deficiência**, reflectindo um elevado nível de desencorajamento para o trabalho nesta população.

De referir ainda, como é possível confirmar no quadro seguinte, que o comportamento dos indicadores referidos não é homogéneo entre os vários grupos de pessoas com deficiência, sendo evidente o baixíssimo nível de actividade entre as pessoas que são possuidoras de deficiências mais incapacitantes para o trabalho.

Taxa de desemprego e actividade da população com deficiência (Censos 2001)

	Total	Auditiva	Visual	Motora	Mental	Paralisia Cerebral	Outra
Tx. Desemprego	9,5	9,6	9,3	8,8	15,2	12,7	9,5
Tx. Actividade	29	32,7	43,1	22,5	10,2	7,8	29,2

Fonte: INE, Censos 2001

Do exposto ressalta, pois, que estamos essencialmente em presença de um problema de **baixo nível de empregabilidade das pessoas com deficiência, que tem expressão maior sobre a taxa de actividade do que sobre a taxa de desemprego**. Este pormenor de natureza estatística, aparentemente indiferente, não é despiciendo quando se procuram identificar que instrumentos de política poderão dar um contributo mais eficaz para a promoção da empregabilidade das pessoas com deficiência.

Ao mesmo tempo, os dados do INE proporcionam o reconhecimento de uma situação que não será homogénea no universo da deficiência e que é fortemente influenciada pela tipologia de deficiência em causa e que exigiria aos instrumentos de política de emprego a capacidade de reconhecer esta diversidade. Adiante retomaremos este aspecto.

Ora, este breve enunciado da problemática fornece já material interessante para propor algumas **linhas de reflexão** em torno do papel das políticas públicas no apoio à empregabilidade das pessoas com deficiência.

Temas para reflexão

A primeira questão que se coloca é a de saber se o referencial de políticas activas de emprego que contemplam as pessoas com deficiência, interpela esta realidade. Um olhar sobre a panóplia de medidas activas de emprego dirigidas às pessoas com deficiência, designadamente aquelas que são da responsabilidade do IEFP, permite situar algumas reservas.

Entre estas medidas específicas podemos situar, de forma simples, os seguintes domínios de informação:

- informação e orientação profissional
- formação profissional
- apoios à integração (contratação) no mercado normal de trabalho
- emprego protegido
- apoio à instalação por conta própria (na qual se pode incluir a opção pelo teletrabalho)
- ajudas técnicas
- formação de técnicos das estruturas de mediação das políticas.

Este é um **referencial de medidas que parece bastante completo** do ponto de vista dos mecanismos de apoio que contempla, abrangendo o ciclo que integra a componente de orientação profissional, o desenvolvimento de competências, o apoio à integração no mercado de trabalho – incluindo os apoios dirigidos às entidades empregadoras e o desenvolvimento de ambientes de trabalho protegidos -, o apoio à iniciativa individual e, mesmo o acompanhamento pós-colocação.

Além destes instrumentos de natureza específica existem, ainda, alguns instrumentos de âmbito genérico que compreendem apoios majorados para pessoas com deficiência (Estágios Profissionais, Programa Formação/Emprego, Prodescoop, Programa Estímulo à oferta de emprego,...).

Assim sendo, porque não são melhores os indicadores de emprego das pessoas com deficiência? Duas pistas de reflexão podem ser avançadas desde já.

A primeira para colocar em equação a capacidade de resposta deste referencial de políticas ao problema claramente enunciado pelos indicadores estatísticos apresentados, nomeadamente no que se refere ao desencorajamento para o trabalho. Com efeito, os instrumentos enunciados parecem melhor vocacionados para facilitar a integração profissional de pessoas com deficiência que se encontrem à procura de uma oportunidade de trabalho e não tanto no sentido de uma intervenção mais a montante susceptível de “activar” a procura de emprego por parte destas pessoas. ***Dito de outro modo parecem instrumentos mais capazes de activar a oferta do que a procura de emprego.***

Este é um domínio de reflexão que remete, aliás, para a questão da articulação de políticas. ***Como é garantida a articulação entre políticas, por exemplo entre as políticas de saúde e de formação, no quadro de uma estratégia de promoção da empregabilidade das pessoas com deficiência?*** Com efeito, o reforço da predisposição para o exercício de uma actividade passa pelo reforço da confiança da pessoa com deficiência nas suas capacidades - o que interpela o papel das políticas de saúde e de formação – e, também, da sua confiança nas próprias condições que a sociedade/comunidade oferece para que possa exercer sem constrangimentos adicionais o seu direito à plena cidadania. Com efeito “falar de emprego das pessoas com deficiência não é falar apenas de se conseguir uma colocação num determinado posto de trabalho. É falar também do processo de prevenção, habilitação e reabilitação em geral e da reabilitação profissional em particular”⁶. Aqui se remete claramente para o domínio da ***coordenação de políticas*** e, sobretudo, para a ***aproximação entre as estratégias de reabilitação e as estratégias de colocação num posto de trabalho. Em que medida esta articulação é conseguida?*** A formatação das políticas públicas de emprego não o permite reconhecer. Esse é, aliás, um problema do domínio da prática de intervenção e, nessa medida, do processo de mediação.

A segunda pista de reflexão susceptível de ser convocada neste passo refere-se, pois, ***às estratégias de mediação dos referidos instrumentos.*** Será que as estruturas e ***estratégias de mediação do conjunto de apoios disponíveis são adequadas à produção dos resultados esperados*** ao nível da integração profissional das pessoas com deficiência?

De modo mais imediato surge a questão de se saber ***quantas empresas e pessoas com deficiência e seus familiares conhecem o conjunto de instrumentos de política existentes?***

O problema da mediação vai, no entanto, além disto e convoca a “consciência de que o acesso ao emprego das pessoas com deficiência é somente uma etapa do processo de reabilitação profissional, o qual engloba entre outras etapas, designadamente a avaliação/orientação

⁶ Correia, Dias, O Emprego – Factor imprescindível de integração social, SNRIPD, 2005.

profissional, a formação profissional, o emprego e o acompanhamento pós-colocação”⁷. A realidade da deficiência é marcadamente diversa e, por isso, requer soluções diferenciadas sendo difícil definir “protocolos de atendimento” susceptíveis de aplicação generalizada. **Em que medida os Serviços Públicos de Emprego estão preparados para mediar os instrumentos de política dirigidos às pessoas com deficiência?** Qual o nível de preparação dos técnicos que intervêm nesta área? Qual a sua capacidade para conduzirem uma intervenção que pode abranger acções muito diferenciadas? Qual o seu nível de articulação com os profissionais da área da saúde, por exemplo?

Trabalhos de avaliação que ponderaram o desempenho de políticas públicas referidas a outros grupos desfavorecidos defenderam o interesse de equacionar o desenvolvimento de **plataformas de mediação específicas** na justa medida em que estas são capazes de reunir um nível de conhecimento do problema que favorece uma maior integração de soluções e uma melhor direcção de respostas, designadamente no que se refere ao desenvolvimento de estratégias de empregabilidade. **Que reflexão existe na área da deficiência? Como enquadrar aqui o projecto de desenvolvimento de uma Rede de Centros de Apoio às Pessoas com Deficiência?** Poderiam estes centros ser simultaneamente o veículo de uma maior articulação institucional (entre serviços públicos de apoio e entre estes e as empresas) e um dispositivo de “activação” de vontades junto das pessoas com deficiência?

O papel da intermediação das políticas é aliás essencial quando perspectivamos a aposta na integração da perspectiva da deficiência nas políticas de largo espectro (o que corresponde ao conceito de *mainstreaming*). O reforço de uma abordagem orientada pela lógica de *mainstreaming* coloca a **especificidade da resposta já não no instrumento mas antes nas condições de intermediação**. Nesta perspectiva, seria menos importante ter tantos instrumentos específicos, que nalguns casos não são distintos quanto à sua filosofia de intervenção dos existentes no referencial genérico de políticas públicas de emprego, mas antes, situar condições específicas de intermediação dos instrumentos de política.

Esta é uma pista de reflexão que entronca de modo directo na abordagem a que subordina o ciclo de seminários em curso, ou seja, o que pode e deve ser acolhido nos instrumentos de política gerais e o que deve ser salvaguardado no seu desenho ou aplicação de modo a poder responder a problemas de natureza específica?

Trata-se aqui de discutir onde deve ser colocada a especificidade da abordagem às necessidades das pessoas com deficiência: no modo como é acompanhado pelos serviços públicos de

⁷ Idem

emprego – compreendendo aqui uma perspectiva integrada do processo de reabilitação – ou por via da cobertura em instrumentos específicos de resposta. Onde é mais importante colocar a especificidade? No perfil do instrumento de política ou no tipo de atendimento?

A revisão de alguma literatura relativa ao papel dos serviços públicos de emprego coloca, de forma crescente, a ênfase no processo de intermediação dos instrumentos de política como condição de eficácia dos mesmos?

Seria pois possível valorizar a aposta numa lógica mais integrada e personalizada de resposta que reduzisse o número de instrumentos disponíveis mas, ao invés, possibilitasse a construção de soluções mais personalizadas (na lógica da construção de um Plano Pessoal, por exemplo) resultante da combinação de instrumentos de política tão generalistas quanto possível?

Em que medida esta aposta favoreceria uma maior legibilidade do tipo de apoios existentes? Em que medida essa legibilidade é afectada pela multiplicação de instrumentos?

No plano das políticas importaria aprofundar, ainda, ***em que medida as linhas de inovação desenvolvidas em projectos desenvolvidos ao abrigo das Iniciativas Comunitárias – Equal, por exemplo – têm sido convertidas em aprendizagem transferida para o sistema de políticas?***

Outra importante reflexão que importa propor a este nível diz respeito ao balanço que é possível fazer da aplicação dos diferentes instrumentos, designadamente na discussão das vantagens entre emprego assistido e emprego protegido. Alguns estudos realizados noutros países parecem apontar para uma menor eficácia do emprego assistido, relevando a baixa taxa de transferência de pessoas do mercado protegido para o mercado aberto.

Que avaliação se pode fazer da experiência portuguesa? Em que medida se tratam de ***respostas dirigidas a públicos diferentes*** através das quais se pode garantir uma estratégia de complementaridade? Será razoável propor uma equação dos dois sistemas numa lógica de eficácia?

Naturalmente, torna-se ainda imprescindível atender de forma mais directa ao contributo que cabe às empresas na promoção do emprego das pessoas com deficiência. Antes de mais importará ***questionar a eficácia dos dispositivos de informação e sensibilização que lhe são dirigidos***. A informação a que tem acesso é suficiente e susceptível de induzir o recurso aos incentivos/apoios existentes?

Complementarmente, parece útil questionar em que medida a lógica de responsabilidade social das empresas pode aprofundar o contributo destas para a inversão da situação de baixa empregabilidade das pessoas com deficiência. Considerando o que atrás se caracterizou e que põe em evidência a situação de desencorajamento que afecta as pessoas com deficiência, a responsabilidade das empresas não se esgotará na criação de oportunidades de trabalho, mas também, na construção de uma nova mentalidade nesta matéria. Neste plano, a afirmação de valores de inclusão na ética da empresa constitui uma estratégia relevante à qual deverá associar-se a perspectiva de difusão de boas práticas e de publicitação de oportunidades que sejam susceptíveis de encorajar as pessoas com deficiência a assumirem uma postura de maior proactividade.

A este propósito importará perguntar o que para as empresas será mais relevante, se aceder a incentivos financeiros destinados a tornar mais barata a contratação de uma pessoa com deficiência – aqui se excluindo os apoios destinados a permitir a adaptação de infraestruturas e/ou equipamentos que parecem ter maior justificação – ou se aceder a apoio técnico susceptível de proporcionar condições organizacionais facilitadoras do processo de integração de uma pessoa com deficiência (a organização funcional, a gestão da dimensão cultural da empresa, a partilha de regras facilitadoras da integração,...)? ***Estarão as empresas preparadas para uma intervenção deste tipo? Em que medida esta poderá representar um contributo mais estrutural para a mudança de atitudes?***

Esta perspectiva sugere que se questione onde se situam os principais custos associados à integração da pessoa com deficiência? Na eventual perda de capacidade produtiva que alguns mecanismos de incentivo procuram compensar ou nos custos relacionados com a gestão de todo o processo de integração? Neste segundo nível consideramos não só os custos relacionados com a adaptação das condições de trabalho, para os quais existem instrumentos de apoio financeiro, mas também os custos relacionados com a gestão de todo o processo que compreende a avaliação das condições de integração, o recrutamento, a definição do conteúdo funcional adequado, o acompanhamento do processo de integração, a partilha de novos valores, entre outros.

Assim, os dados disponíveis sugerem a utilidade de equacionar apostas alternativas em matéria de estratégias de apoio ao emprego de pessoas com deficiência.

Refira-se a este propósito a baixa execução que num contexto recessivo de emprego apresentaram os incentivos ao emprego de pessoas com deficiência e o apoio a actividades independentes como é testemunhado no Relatório de Execução de 2003 do IEFP. Estes dados parecem revelar a vulnerabilidade destes instrumentos de apoio à oferta de emprego ao ciclo económico, revelando que assumem uma natureza marcadamente conjuntural. Este é um modelo de acção que precariza a capacidade de induzir uma mudança mais vinculada na atitude dos empregadores.

Por último, e em estreita relação com o que é dito relativamente ao papel das empresas afigura-se pertinente enfatizar a importância da aposta na formação de dirigentes empresariais. Este pode ser um recurso importante? O que tem sido feito? Como se posicionam a este respeito os empregadores?

Guião de Apoio

Aspectos Económicos do Turismo Acessível para Todos

Diagnóstico

O tema proposto para este Seminário tem implícito o reconhecimento de que a **promoção de um turismo acessível reúne oportunidades económicas a que importará dar atenção** relevando a perspectiva de que as pessoas com deficiência podem constituir importante segmento de procura para a indústria turística e, com isso, proporcionar elevado retorno aos investimentos específicos que lhes possam ser dirigidos. Ao mesmo tempo, este enunciado temático considera, também, que evidenciar as possibilidades de retorno económico associadas ao turismo acessível constitui uma importante condição instrumental para **incentivar o desenvolvimento de melhores condições de acessibilidade das pessoas com deficiência a equipamentos e serviços turísticos**. Com efeito, as pessoas com deficiência representam uma percentagem expressiva da população europeia e, conforme é evidenciado por alguns estudos realizados noutros países, uma importante fatia do consumo de serviços turísticos. Ao mesmo tempo, é reconhecido que o potencial de crescimento deste segmento de consumidores é elevado na justa medida em que a sua acessibilidade a estes bens e serviços está ainda fortemente condicionada por barreiras físicas e sociais. Remover estas barreiras afigura-se, pois, como uma importante oportunidade para intensificar a representatividade deste mercado.

A este propósito valerá a pena reter o reconhecimento feito no documento “Portugal Perspectiva das Actividades e Territórios” da responsabilidade do Departamento de Prospectiva e Planeamento do Ministério das Finanças que situa o *cluster* do Acolhimento e Turismo como um segmento fortemente exposto à competição internacional e com forte potencial de crescimento.

Nesse trabalho são enunciadas algumas vertentes de aposta estratégica do sector que se relacionam com a abordagem proposta para esta sessão. Com efeito, considera como linhas de desenvolvimento do *cluster* do Acolhimento e Turismo:

- “um forte crescimento do turismo residencial dirigido às classes médias da Europa do Norte, ... turismo exigente em qualidade ambiental, bons sistemas de saúde, transportes aéreos e animação.” A estas exigências podemos associar, também, a de promover **boas condições de acessibilidade a** infraestruturas e equipamentos públicos.
- “um forte crescimento do turismo associado a valências distintas do sol – praia,...”

- “um forte desenvolvimento das actividades que assentam na mesma dotação de factores naturais e que podem aproveitar infraestruturas do turismo mas que são uma **realidade diferente** – do desporto, aos congressos, **aos serviços de reabilitação**, aos centros de formação das empresas multinacionais, etc.”

Estes são vectores de aposta estratégica que contemplam de forma evidente a preocupação com a promoção de condições de acessibilidade, bem como a relevância de prosseguir **estratégias de diferenciação** que permitam uma maior capacidade de segmentação de mercado.

Deste modo, como integrar neste referencial estratégico de desenvolvimento do sector a perspectiva do turismo acessível? É este o enunciado temático de partida para a identificação de algumas linhas de reflexão orientadoras do debate a desenvolver.

Contudo, considera-se necessário salientar que esta abordagem não ignora que a preocupação com a promoção de condições genéricas de acessibilidade, neste sector como noutros, é prévia à manifestação de oportunidades económicas e por isso deve acima de tudo assumir-se como imperativo ético e domínio de responsabilidade social que a todos envolve. Nesse sentido, aliás, encontra-se consagrado em legislação (Decreto-Lei nº 123/97 de 22 de Maio) um conjunto de normas técnicas aplicáveis a edifícios públicos, equipamentos colectivos e via pública que visam salvaguardar o princípio da acessibilidade de todos os cidadãos a esses recursos.

Temas para reflexão

Nesta perspectiva, o muito que há para fazer não deverá subordinar-se a um princípio de oportunidade económica, ainda que dela possa e deva beneficiar no sentido de alcançar maiores impulsos de mudança. É essa a orientação que se procura dar à abordagem proposta.

As primeiras interrogações sugeridas por esta perspectiva referem-se, precisamente, a saber **em que medida os empresários e quadros gestores do sector estão despertos e valorizam esta oportunidade potencial?** Esta é uma realidade suficientemente conhecida ou que carece de maior estudo, designadamente no que se refere à caracterização do perfil de consumo deste segmento e às exigências de ajustamento que coloca ao sector.

Complementarmente, importa considerar se a população com deficiência emerge como **grupo-alvo** das estratégias de mercado de alguns operadores turísticos. Que recursos foram desenvolvidos em matéria de acessibilidades, de serviços, de redes de comercialização, de formação dos profissionais, etc.

A possibilidade de algumas representações sociais estigmatizantes que ainda perduram influenciarem a atitude e estratégia de mercado dos agentes económicos do sector não deve ser ignorada. A dificuldade de “convivência” com a realidade da deficiência, que é ainda expressiva na vida social, tem terreno fértil para se afirmar na indústria do turismo/lazer, designadamente no que se refere ao receio de que propiciar o acesso a serviços por parte de pessoas com deficiência possa entrar em conflito com a capacidade de gerar procura por parte de outros públicos. Esta visão estigmatizante tem algum significado, justificando a necessidade de apostar em campanhas de sensibilização e informação?

A perspectiva do turismo acessível para todos remete para o conceito de **Design para todos**. “*Design para Todos* é uma abordagem no sentido do (re) *designing* do meio edificado, dos produtos e serviços, de tal forma e com tal abrangência, que permite a todos participar equitativamente na vida da comunidade” (c. EUCAN 2003, p.22).

Ora, esta abordagem pode ser considerada em vários planos quando está em causa a perspectiva do turismo acessível para todos. Desde logo, no que se refere à construção/adaptação dos próprios equipamentos hoteleiros no sentido de **eliminar as barreiras físicas** que possam limitar o seu usufruto por parte de pessoas com deficiência. A este propósito cumpre perguntar em que plano estamos? O que foi feito? **Existe algum tipo de levantamento que caracterize com rigor a situação?**

A legislação existente, designadamente no que se refere à aplicação de normativos técnicos orientados pela perspectiva do *design* para todos é **suficientemente compreensiva e clara?** Que estratégias podem reforçar a capacidade de garantir a sua aplicação?

O desenvolvimento de processos de **certificação de equipamentos** pode constituir uma opção relevante no sentido de promover a qualificação dos equipamentos turísticos? **É possível valorizar este “selo de qualidade” nas redes internacionais de comercialização?**

O acesso a informação e apoio técnico relacionado com a aplicação de normas de acessibilidade constitui factor inibidor dos processos de adaptação?

Um segundo nível de análise que interpela directamente as empresas do sector refere-se à

adaptação dos seus serviços, designadamente no que diz respeito ao atendimento. Que caminho já se percorreu no sentido de proporcionar padrões de atendimento mais adaptados ao acolhimento de pessoas com deficiência? Existem programas de formação dirigidos para o desenvolvimento desta valência? O que poderia ser feito para reforçar a capacidade de resposta neste domínio?

A proposta de realização de **programas de formação dirigidos a guias turísticos e pessoal de atendimento**, que contemple, por exemplo, o domínio de linguagem gestual ou o reconhecimento de necessidades específicas, pode ter cabimento numa perspectiva de aprofundamento da aposta no turismo acessível? Que profissionais e domínios de formação contemplar? Que agentes poderiam estar em condições de pôr em marcha essas estratégias de formação?

Ainda no que se refere à formatação de serviços, qualificação do atendimento e remoção de barreiras físicas, que implicações apresenta a extrema diversidade de situações que caracteriza a realidade da deficiência? Que dificuldades se colocam ao desenvolvimento de soluções abrangentes?

A problemática da acessibilidade ultrapassa, no entanto, as empresas da área da hotelaria e restauração propriamente dita **considerando também todos os equipamentos que desde o sector dos transportes ao da cultura e lazer compõem o núcleo central do portfólio de serviços no sector do turismo.** Com efeito, a relevância das condições de acessibilidade coloca-se em todo o *cluster* do turismo.

Como classificar a situação a este nível? **Que insuficiências persistem no que se refere aos edifícios públicos, equipamentos colectivos e vias públicas?** Em que medida constroem a captação deste segmento da procura turística?

Este é um domínio que sugere a importância de **articulação estratégica com as autarquias.** Por isso, caberá situar qual o papel que tem sido assumido por estas ao nível da promoção das acessibilidades? Qual a colaboração que têm estabelecido com representantes do sector do turismo e que tipo de diagnósticos/levantamentos das principais barreiras existentes estão disponíveis? Nesta perspectiva, **que utilidade poderia ter a realização de levantamentos de apostas prioritárias que estivessem subordinadas a prioridades de intervenção veiculadas por planos estratégicos para desenvolvimento do turismo acessível?**

Os próprios serviços de **informação e mediação** são confrontados com solicitações específicas, exigindo-se, nomeadamente, a capacidade de recensar estruturas acessíveis e de as publicitar. Naturalmente, numa perspectiva mais integrada, **o objectivo de consolidar estratégias de**

mediação selectivas considera, também, a necessidade de consolidar critérios e normas de aferição de qualidade que se enquadram num sistema de certificação de qualidade. Este deverá considerar não só a componente de acessibilidade física, mas também, a própria qualidade dos serviços prestados tendo em conta as necessidades específicas das pessoas com deficiência.

Ainda ao nível dos serviços de mediação e informação importa situar a importância de desenvolver **estratégias de marketing** – interno e internacional -, susceptíveis de ajudar a consolidar este segmento de mercado.

O que é que já é feito a este nível? Em que estratégias apostar no sentido de organizar uma estratégia de mediação/informação mais dirigida? Que actores privilegiar?

Qualquer estratégia de qualificação do sector subordinada ao lema do turismo acessível para todos pode beneficiar com o envolvimento das organizações representativas das pessoas com deficiência, especialmente enquanto parceiros na identificação de necessidades específicas e no desenho de respostas, ou mesmo, no exame/teste aos equipamentos e serviços implementados.

Qual o ponto de situação a este nível? **Como se avalia a possibilidade de estabelecer uma maior cooperação entre as ONG's representativas de pessoas com deficiência e as empresas do sector?** Que condições podem propiciar o reforço desta cooperação?

Por último, não deixará de ser oportuno equacionar a **problemática do emprego de pessoas com deficiência no sector do turismo**. Como se posiciona o sector a este nível? Que principais barreiras se identificam? Que estratégias podem contribuir para promover a empregabilidade das pessoas com deficiência no sector?

Guião de Apoio

Mainstreaming: articulação e interacção das políticas e das respostas

Objectivo do documento

Este documento procura situar algumas informações que se julgam úteis no apoio à preparação e posterior condução do Seminário “Mainstreaming: articulação e interacção das políticas e das respostas”.

Neste sentido, o documento procura, em primeiro lugar, sintetizar a estratégia de acção subjacente ao Seminário, compreendendo a necessidade de explicitar o seu contexto de desenvolvimento para, em seguida, alinhar um conjunto de elementos de diagnóstico e de pistas de reflexão relacionados com o tema escolhido procurando, desse modo, ajudar a guiar a produção de resultados do Seminário no sentido esperado.

Temas para reflexão

O enunciado precedente constitui o pano de fundo de toda a abordagem proposta para o ciclo de seminários promovidos no âmbito do projecto “Consigno, conseguimos!”, procurando-se, com a sua explicitação, ajudar a orientar os contributos formados nesses diferentes momentos de debate. Ora, cabendo neste último Seminário promover a discussão em torno da própria estratégia de *mainstreaming*, importará, neste passo, ***propor alguns ângulos de análise a partir dos quais o tema pode ser contemplado.***

Desde logo, podemos considerar que existem três relevantes perspectivas de análise a contemplar:

- i) A primeira, e mais imediata, dirigida à ***identificação de estratégias de acção susceptíveis de reforçar a integração da perspectiva da deficiência nos diferentes domínios de política.*** Trata-se, neste plano, de pensar no que fazer para que as diferentes iniciativas programáticas e normativas atendam às necessidades das pessoas com deficiência;
- ii) A segunda perspectiva de reflexão que julgamos valerá a pena considerar é a de saber ***em que medida um contexto de aposta numa política de mainstreaming***

pode corresponder, sem riscos de fragilização da capacidade de resposta às necessidades das pessoas com deficiência, a um desinvestimento em dispositivos de discriminação positiva, isto é, em instrumentos de política específicos;

- iii) Por fim, procurando encontrar **pistas concretas de actuação**, explorar possibilidades de aplicação prática do princípio de *mainstreaming* nos diferentes domínios sectoriais de política.

Procuramos, em seguida, alinhar breves reflexões e algumas questões susceptíveis de proporcionar algum incentivo ao debate em torno destes tópicos.

A possibilidade de conduzir uma intervenção política subordinada ao objectivo de integração da perspectiva da deficiência nos diferentes sectores é uma opção exigente e difícil de concretizar, desde logo porque requer a mobilização de conhecimento especializado aquando da preparação dos instrumentos de política e do próprio processo de decisão política. Alguns caminhos podem contribuir para este objectivo, não sendo evidente em que medida o aprofundamento de uns permite a dispensa de outros.

A sensibilização e formação dos vários técnicos e decisores políticos dos diferentes sectores no domínio temático cuja acção se pretende transversalizar constituem recursos decisivos. Com efeito, como garantir a integração da perspectiva da deficiência num determinado instrumento legislativo de um qualquer sector se quem o prepara e aprova estiver alheado desta problemática. Há um nível mínimo de sensibilização e conhecimento técnico que não parece dispensável. A formação terá aqui um papel essencial, designadamente, a formação de altos quadros dirigentes da administração e decisores políticos. Caberá aqui perguntar **em que plano se encontra este processo de consciencialização e que investimentos deverão ser realizados?**

Complementarmente, torna-se avisado reconhecer que em inúmeras circunstâncias a consagração do interesse da pessoa com deficiência num determinado dispositivo requer a **mobilização de profundo conhecimento técnico** que não será susceptível de ser transversalizado por todos os domínios sectoriais. Aqui, a importância de apostar em mecanismos de coordenação de actores é fundamental, devendo preservar-se o espaço de participação dos organismos estatais especializados na matéria e dos próprios representantes das pessoas com deficiência. Os **mecanismos de coordenação de políticas** surgem, neste caso, como recurso fundamental de partilha de conhecimento.

Esta estratégia beneficia a constituição de “agências” públicas fortes com capacidade de interlocução e aptidão para promover inovação.

Que questões são sugeridas por esta preocupação? Em primeiro lugar, a de saber **como tem funcionado esta articulação**? Que espaço ocupa e que instrumentos lhe são dedicados? Os fóruns de consulta e debate inseridos no sector da reabilitação funcionam? Que virtualidades e insuficiências se lhes podem apontar?

Por outro lado, a representação do sector está eficazmente assegurada em **fóruns de coordenação intersectorial** relevantes, como são o do Plano Nacional para a Inclusão e do Plano Nacional de Emprego? O que poderá ser melhorado a este nível?

Outra importante questão que emerge é a de saber em que medida será relevante desenvolver um **instrumento programático de coordenação intersectorial na área da reabilitação**. A importância de desenhar um programa de acção multisectorial, que acresça racionalidade estratégica à acção política, e a relevância de explicitar objectivos, estratégias e metas tem sido testemunhada a partir dos instrumentos que acima se referiram. A própria criação de um Plano Nacional para a Igualdade vai neste sentido.

O objectivo de integração da perspectiva da deficiência nos diferentes domínios sectoriais pode beneficiar com esta opção?

Outro recurso estratégico imprescindível à aposta numa maior generalização da perspectiva de *mainstreaming* num determinado domínio de política diz respeito à **necessidade de conhecer com rigor a situação em que se encontram os cidadãos a que ela se refere**. Com efeito, a consolidação de uma estratégia de integração da perspectiva de igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência nos diferentes instrumentos de política sectorial pressupõem uma intensa necessidade de informação de duplo sentido: por um lado, de **caracterização da população com deficiência**, procurando determinar com maior rigor as suas características pessoais e as condições de participação na vida social e, por outro lado, de caracterização das dinâmicas de **participação/cobertura da população com deficiência através dos instrumentos de política existentes**.

Trata-se, na primeira vertente, de procurar criar referenciais que orientem a recolha de informação sobre a problemática da deficiência por forma a que ela possa ser melhor conhecida. Esta é uma condição essencial à construção de espaços de maior regulação a partir dos domínios de política, sejam eles específicos ou gerais. A segunda vertente orienta-se mais para a necessidade de monitorizar as respostas a partir das políticas, medidas e instrumentos existentes, condição

primeira para podermos aferir da sua pertinência e eficácia.

Recordemos, a este propósito, o que é dito no Observatório Europeu de Emprego da responsabilidade da Comissão Europeia (Primavera de 2004) sobre a situação portuguesa. “As barreiras à integração das minorias e das pessoas com deficiência no mercado de trabalho são ainda significativas e a identificação das políticas adequadas muito difícil, devido à falta de indicadores que permitem uma correcta aferição do problema”

Com efeito, a partir do conhecimento das necessidades, por via dos indicadores dirigidos à caracterização da situação das pessoas com deficiência, e do funcionamento do sistema de respostas que lhes é dirigido, por via dos indicadores dirigidos a aferir a dinâmica destas respostas (pessoas cobertas, tipo de utilização que é feita dos dispositivos existentes, impacto sobre a situação da pessoa com deficiência), será possível referenciar novos espaços/medidas visando promover a igualdade de oportunidades das pessoas com deficiência, designadamente no que se refere a abordagens susceptíveis de serem promovidas a partir dos dispositivos de política universais (*mainstreaming*).

O que está a ser feito neste plano? Como superar as insuficiências existentes? Parece importante definir **áreas prioritárias de estudo** e, complementarmente, criar um grupo de trabalho com participação interministerial para definir um **Sistema de Indicadores que responda às necessidades de monitorização do sector** e que defina, também, os mecanismos de recolha dos mesmos. Que passos podem ser dados no sentido de propiciar uma mais rápida concretização destes objectivos?

A segunda perspectiva de reflexão proposta no enunciado de partida procura equacionar em que medida **a aposta numa actuação transversal poderá ser acompanhada por um desinvestimento na promoção de instrumentos de política específicos?** Uma resposta afirmativa a esta questão parece estar amplamente dependente da maturação de uma cultura de acção subordinada à lógica de *mainstreaming*, por um lado, e à concretização de estágios de desenvolvimento social sem expressivas situações de discriminação. Tal não parece acontecer ainda.

Com efeito, se por um lado é consensual que ainda são deficitárias as condições para promover a integração da perspectiva da deficiência nos vários domínios sectoriais, por outro, a situação de desfavor das pessoas com deficiência na sociedade portuguesa é, ainda, vincada, explicitando a utilidade de procurar estratégias de resposta específicas. Que **áreas devem ser privilegiadas** pelas estratégias de discriminação positiva?

Acresce a esta reflexão, a perspectiva de que a consolidação de uma abordagem transversal beneficia com a **“exercitação” de práticas e instrumentos** em contextos de intervenção

específicos, de modo a proporcionar a sua apropriação posterior pelos sistemas de política sectoriais. Estamos aqui no domínio do “como fazer”.

Assim, a principal questão que se coloca é a de saber **como gerar condições de maior comunicabilidade entre áreas de actuação específica e as abordagens políticas de âmbito sectorial?** A resposta ao “como fazer” surge como relevante condição para facilitar a integração da perspectiva da deficiência nos vários domínios sectoriais de intervenção.

Aqui se introduz o terceiro momento da reflexão proposto, ou seja, o que corresponde à **identificação de medidas de política** que se enquadram na perspectiva de *mainstreaming*. Para tal poderemos recorrer a espaços de intervenção referidos aos principais sectores de actividade que interceptam a área da deficiência. A segurança social, a educação, o emprego, o planeamento, os transportes e a saúde são alguns dos sectores em que a aplicação de abordagem de *mainstreaming* tem maior cabimento.

Que problemas existem que remetem para a **activação de respostas no quadro destes sectores?** Em que medida a resolução desses problemas estará ao alcance da adequação dos instrumentos de política comuns? Em que sentido se pode caminhar?

Alguns domínios que podem ser considerados e que foram problemas focados ao longo do ciclo de debates em curso são, por exemplo:

Na área da **segurança social** a importância de dar resposta à necessidade de aprofundar a capacidade de apoio domiciliário e de qualificar os serviços de acolhimento. Neste sentido, que ajustamentos equacionar ao nível da legislação? Que estratégias podem ser contribuintes deste objectivo? Ao nível dos serviços de acolhimento, que acolhem públicos diferenciados, como prepará-los para atender pessoas com deficiência?

Na área da **saúde** parece relevante saber como será possível assegurar uma mais estreita articulação com as outras áreas de forma a ser possível informar/apoiar as estratégias que desenvolvem.

Na área da **educação**, e aprofundando o modelo da Escola Inclusiva, como reforçar a capacidade de prestar apoio educativo aos jovens com necessidades educativas especiais? Como assegurar que o nosso sistema educativo seja mais inclusivo e, nessa medida, que a “sala de aula” seja capaz de ser integradora da diferença?

No domínio das **políticas de emprego** como dotá-las de maior eficácia enquanto mecanismo

indutor de integração no mercado “normal” de trabalho? Neste contexto, como proporcionar uma crescente aplicação dos instrumentos genéricos de apoio ao emprego, assegurando que o atendimento – enquanto processo dinâmico – é capaz de reconhecer a especificidade dos utentes.

Que estratégias podem potenciar a redução do recurso a enclaves de emprego protegido que, mesmo que indispensáveis, se afiguram como último reduto ao nível das estratégias de integração no mercado de trabalho?

No domínio dos **transportes** como propiciar que os serviços públicos de transporte sejam cada vez mais de utilização “amigável” por parte das pessoas com deficiência e que a sua organização e comunicação (informação ao público, por exemplo) contemple as necessidades das pessoas com deficiência? Este é um domínio em que se torna claro o resultado pretendido com a abordagem de *mainstreaming*, isto é, que os serviços prestados sejam planeados de modo a servir todas as pessoas.

No domínio do **planeamento**, considerando aqui os diversos instrumentos de planeamento do território (Planos de Ordenamento, Planos Directores Municipais, ...), como conduzir a que estes, efectivamente, reconheçam e promovam a resposta às necessidades das pessoas com mobilidade condicionada?

Que estratégias de articulação entre o sector dos transportes e o planeamento podem contribuir para promover condições de ampla mobilidade aos cidadãos com mobilidade condicionada?

